

LORENA CHRISTINA DE ANCHIETA GARCIA POLA

SEXUALIDADE HUMANA E EDUCAÇÃO SEXUAL:
elaboração e análise de formação continuada para professores/as do ensino
fundamental



ARARAQUARA – S.P.
2018

LORENA CHRISTINA DE ANCHIETA GARCIA POLA

SEXUALIDADE HUMANA E EDUCAÇÃO SEXUAL:
elaboração e análise de formação continuada para professores/as do ensino
fundamental

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Bortolozzi Maia

ARARAQUARA – S.P.
2018

Pola, Lorena Christina de Anchieta Garcia
Sexualidade Humana e Educação Sexual: elaboração e análise de
formação continuada para professores/as do ensino fundamental / Lorena
Christina de Anchieta Garcia Pola — 2018
125 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) —
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de
Ciências e Letras (Campus Araraquara)
Orientador: Ana Cláudia Bortolozzi Maia

1. Educação Sexual. 2. Formação de Professores. 3. Projeto Político-
Pedagógico. I. Título.

LORENA CHRISTINA DE ANCHIETA GARCIA POLA

SEXUALIDADE HUMANA E EDUCAÇÃO SEXUAL:
elaboração e análise de formação continuada para professores/as do ensino
fundamental

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Bortolozzi Maia

Data da defesa: 22/02/2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidenta e Orientadora: Prof. Dra. Ana Cláudia Bortolozzi Maia
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Membro Titular: Profa. Dra. Maria Teresa Machado Vilaça
Universidade do Minho

Membro Titular: Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

*Dedico este trabalho ao meu pai Antônio Miguel Garcia (professor Toka),
que me ensinou qual caminho trilhar, com dedicação, respeito e amor.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me sustentar nos momentos em que pensei em desistir. E foram vários.

Ao meu pai, Toka, e minha mãe, Valéria, pelos longos anos de trabalho visando ao meu sustento, por fornecerem todo o apoio e incentivo que puderam, por acreditarem em mim quando ninguém mais acreditava.

Ao meu marido e companheiro, Daniel, que deixou de lado seus próprios desejos e vontades para seguir de mãos dadas o meu caminho.

À minha irmã, Lara, por permanecer ao meu lado em todas as horas, apoiando-me, incentivando, orando e muitas vezes cuidando do meu mais valioso bem: minha filha, Lívia.

À minha filha, Lívia, peço desculpas pelos momentos em que não estive presente em suas descobertas, por não realizar uma dedicação exclusiva a ela em seus primeiros anos de vida.

Ao meu sobrinho, Pedro, desculpas pelos momentos em que não brinquei, não conversei, não abracei, não estive presente, mas sempre o amei.

À minha madrasta, Vera, e meu irmão, Antônio Miguel, pelo apoio com a minha filha Lívia, pois sem isso não teria conseguido realizar as obrigações exigidas em um mestrado.

À minha tia, Stella Cuttin, por todo o apoio que me possibilitou seguir em frente.

A toda a minha família, pelos incansáveis monólogos a respeito dos mais variados temas envoltos em sexualidade.

À minha orientadora, Ana Cláudia Bortolozzi Maia, por toda a sua paciência comigo, por sanar as minhas dúvidas, encorajar-me frente aos meus temores e, principalmente, por acreditar na seriedade da minha atuação profissional.

Às minhas colegas de trabalho, em especial minha diretora e amiga, Juliana Silvério, minhas colegas de trabalho e amigas, Andrea Xavier e Beatriz Brasil, por me ouvirem, aconselharem e muitas vezes acalentarem meu coração, quando as dúvidas me rodeavam.

Aos professores do Mestrado em Educação Sexual, que cada um, em suas linhas de pesquisas, acrescentou conhecimento e amor aos meus estudos.

Às professoras Andreza Marques de Castro Leão e Maria Teresa Machado Vilaça por participarem da banca examinadora e pelas inestimáveis e precisas sugestões, que enriqueceram grandemente minha pesquisa.

“Amor só dura em liberdade.”

(Seixas, 1975).

Resumo

Muitos/as autores/as defendem a presença de programas de Educação Sexual nas escolas; entretanto, os métodos, as dificuldades, as ações realizadas e os avanços obtidos nessas intervenções pedagógicas nem sempre são divulgadas nos meios científicos. Além disso, mesmo havendo uma legislação que considera a importância dessa temática nas escolas, são escassos os agentes escolares que assumem atividades de ensino-aprendizagem envolvendo as questões da Sexualidade Humana. Diante disso, este estudo teve por objetivo elaborar, desenvolver e descrever uma proposta de formação de professores em Educação Sexual, em consequência da inserção desse tema no Projeto Político-Pedagógico em uma Unidade Escolar. Foram participantes: vinte e cinco professoras e quatro membros da Equipe Gestora da Unidade Escolar do Ensino Fundamental – ciclo I de uma cidade do interior paulista. Foram realizados quatro encontros de uma hora de duração cada, desenvolvendo-se atividades pedagógicas para diferentes temas: diferença entre os conceitos de sexo e sexualidade, Plano Municipal de Educação vigente, Educação Sexual no Projeto Político-Pedagógico e Violência Sexual Infantil, além da análise e da reflexão sobre materiais pedagógicos nessa área. Considera-se que a participação das professoras aumentou o nível de interesse sobre a Educação Sexual na escola. Além disso, as professoras relataram estarem mais preparadas e confiantes para assumirem ações pedagógicas em temas da sexualidade com seus/suas alunos/as, apesar da necessidade de uma formação mais prolongada e constante. Espera-se que os limites e as possibilidades dessa intervenção pedagógica de formação de professores/as sirvam como parâmetros para futuras ações neste importante campo educacional.

Palavras-chave: Educação Sexual, Formação de Professores, Projeto Político-Pedagógico.

Abstract

Many authors defend the presence of sexual education programs in schools; nevertheless, the difficulties, the actions performed and the advances obtained in these pedagogical interventions not always are disclosed in the scientific area. Besides, even if there is a legislation that considers the importance of this thematic in schools, not usually do we see educational agents perform teaching-learning activities that involve the questions of “Human Sexuality”. In the light of this, this study had, as a general objective, to elaborate, develop and describe an outline of guide action for Teacher Training in sexual education, in consequence of the insertion of this theme in the “Projeto Político-Pedagógico” (Political Pedagogical Project) in one of the school units. The participants were twenty five female members and four others from the management team of an Elementary School in Primary Education of a São Paulo inland city. Four meetings occurred, lasting an hour each. In the meetings there were teacher training activities of different themes: difference between the concepts of sex and sexuality, the current “Political Pedagogical Project”, sexual education in the “Political Pedagogical Project” and sexual violence against children, besides the analyses of pedagogical material that may be used as aids in this area. It was noticed that the participation of the teachers in this workshop increased the level of interest in sexual education in the school. Besides, reports showed that after the training teachers felt more confident and prepared to assume pedagogical actions in sexuality themes with their students, even though there is a need of a more prolonged and elaborate training. It is expected that the conversations and results obtained about the limits and possibilities of this pedagogical intervention suit as parameters for future actions in this important educational field.

Key-words: Sexual Education, Political Pedagogical Project, Teacher Training.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Organização dos conteúdos desenvolvidos	67
Quadro 2	Elaboração do questionário	72

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1	Categorias de respostas das professoras sobre os aspectos positivos da formação	99
Tabela 2	Categorias de respostas das professoras sobre os aspectos negativos e sugestões de melhorias da formação	103
Tabela 3	Sugestões para as próximas formações	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA	Bahia
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
GAPA	Grupo de Apoio à Prevenção da Aids
GO	Goiás
IESB	Instituto de Ensino Superior de Bauru
IPA	Instituto Penal Agrícola
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político-Pedagógico
RECNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
SARESP	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
WAS	World Association For Sexual Health
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
1 INTRODUÇÃO.....	18
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	21
2.1 Educação Sexual: conceito e problematizações.....	21
2.2 Saberes necessários para o desenvolvimento de um Programa de Educação Sexual na escola.....	29
2.3 Projeto Político-Pedagógico no Contexto Escolar e a Educação Sexual.....	37
2.3.1 Conceitos de Projeto Político-Pedagógico.....	37
2.3.2 Educação sexual presente no Projeto Político-Pedagógico.....	40
2.4 Relatos de Experiências de Educação Sexual nas Escolas.....	46
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	59
3.1 Histórico e caracterização da Unidade Escolar.....	59
3.2 Procedimentos.....	62
3.2.1 Contato com a escola, solicitação de autorização e apresentação da proposta.....	62
3.2.2 A apresentação da proposta e formação do grupo de participantes.....	64
3.2.3 A proposta de Formação Continuada de professores em Educação Sexual.....	67
3.3 Métodos e técnicas de recolha de dados.....	71
3.4 Tratamento dos resultados.....	73
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	75

4.1 Inserção do Programa de Educação Sexual do Projeto Político-Pedagógico na Unidade Escolar.....	75
4.2 Descrição e análise dos encontros realizados.....	76
4.3 Avaliação das professoras sobre a formação recebida.....	98
4.3.1 Levantamento de aspectos positivos e negativos.....	98
4.3.2 Expectativas e Projeções para uma futura formação, do ponto de vista das professoras participantes.....	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICES.....	120
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES.....	121
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	122
ANEXOS.....	123
ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	124
ANEXO B – “BISCOITO DA SEXUALIDADE”.....	125

APRESENTAÇÃO

O meu interesse em relação ao tema proposto é antigo e esteve sempre presente no trajeto de minha graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto de Ensino Superior de Bauru (IESB). Em um primeiro momento, esta preferência pelo assunto culminou com a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o tema: “A percepção dos professores das séries iniciais do ensino fundamental em relação à sexualidade humana e à orientação sexual”, que abordava as questões da Sexualidade Humana e a sua presença em atividades pedagógicas.

Continuando minha formação, fiz o curso de especialização em Educação Infantil na mesma faculdade (IESB), quando pude aprofundar os conhecimentos sobre as atividades pedagógicas relacionadas com a Sexualidade Humana e com a Educação Sexual na Unidade Escolar. A partir de então obtive um fortalecimento nos estudos e no interesse pelo assunto. Percebi que seria necessário para a minha formação realizar uma segunda especialização, desta vez, mais específica em Sexualidade Humana e Psicologia pela Faculdade Uniara, localizada na cidade de Araraquara, no interior do Estado de São Paulo.

Ainda sem considerar minha formação suficiente, resolvi adentrar em estudos científicos proporcionados em uma especialização *stricto sensu* e, no ano de 2015, foi quando iniciei meus estudos no Mestrado Profissional em Educação Sexual na Unesp, no Câmpus de Araraquara. O Mestrado me proporcionou um embasamento acadêmico e científico do assunto estudado, até então não existente, por meio de disciplinas específicas do campo da Sexualidade Humana, tais como “História da Sexualidade”. Além de um forte enriquecimento cultural e pedagógico, isso possibilitou contatos com outros profissionais e pesquisadores que atuam na Educação Sexual, como psicólogos, médicos, professores e assistentes sociais, bem como participações em eventos científicos, ou seja, congressos,

simpósios e colóquios específicos, tanto nacionais como internacionais, referentes ao tema em estudo.

Aliando a minha formação e atuação como professora do Ensino Fundamental Municipal de Bauru fui convidada a lecionar na própria Faculdade onde me graduei pedagoga e pós-graduei-me especialista em Educação Infantil, passando a ministrar aulas para os alunos dos diversos termos do Curso de Pedagogia, lecionando a disciplina “Seminário sobre Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade”.

Esse fato motivou-me ainda mais a ter interesse pelo tema e suas aplicabilidades no cotidiano escolar, fazendo-me repensar como a Educação Sexual adentra os muros escolares de modo formal, inserida que está no Projeto Político-Pedagógico. Sei que no currículo oculto e no cotidiano a Educação Sexual informal sempre ocorre, entretanto, minha inquietação era que essa educação pudesse existir como um projeto específico, amplo e que alcançasse os membros da escola, pais, alunos e comunidade local.

Quando me tornei professora em 2009, iniciei minha carreira em uma unidade escolar na zona periférica da cidade onde resido e, atuando nesse cenário, observei situações que se manifestavam no dia a dia da sala de aula, tais como: violência sexual, violência doméstica, pedofilia, abandono de menores, altos índices de gestação na adolescência, gerando, como consequência, o abandono escolar, homofobia, sexismo, erotização precoce das crianças e, envolto a tudo isso, pais e responsáveis que não tinham conhecimentos de como abordar esses assuntos em casa e, muito menos, como em alguns casos, preveni-los. Isso tudo fez com que florescesse a necessidade do desenvolvimento de um Programa de Educação Sexual amplo, que atendesse às necessidades de informação dos pais, alunos e também de toda a comunidade escolar.

Sendo assim, após oito anos de estudo e várias tentativas frustradas de implementação de um Projeto de Educação Sexual no âmbito escolar foi que, embasada nas diretrizes sobre a

“Orientação Sexual” e os “Direitos Humanos” contidos no Plano municipal de Educação de Bauru de 2012, que me legitimavam essa intenção, pude, finalmente, em 2016, inserir uma proposta de Educação Sexual no Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar em que atuo, sendo essa experiência que pretendo relatar no presente trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, para se entender o conceito de Sexualidade Humana é essencial ressaltar que se trata de um fenômeno complexo que deve ser compreendido num sentido amplo. É preciso diferenciar os termos “sexualidade” e “sexo”, para assim compreender que a sexualidade vai além dos aspectos biológicos e considerar todas as suas implicações culturais e históricas. Na opinião de Maia e Ribeiro (2011) tais conceitos são aprendidos na construção do processo de socialização. Esses pesquisadores afirmam ainda que “as atitudes e valores, comportamentos e manifestações ligados à sexualidade que acompanham cada indivíduo desde o seu nascimento constituem os elementos básicos do processo que denominamos de Educação Sexual” (p.76).

Baseando-se nas pesquisas e considerações teóricas levantadas, o estudo e desenvolvimento deste trabalho pedagógico se justificaram na medida em que esse pode, por intermédio da ação prática, ressaltar a importância e a realidade das atividades de um programa de Educação Sexual inserido em um Projeto Político-Pedagógico.

De acordo com Maia e Ribeiro (2012, p.73), “embora outros ambientes, tais como postos de saúde, fábricas, sindicatos, ambulatórios médicos e mesmo universidades” possam desenvolver atividades de Educação Sexual é a Unidade Escolar o local mais adequado para efetuar-la, uma vez que é nela que os alunos/as passarão grande parte de suas vidas, em interações sociais e expostos a modelos educativos que, no caso da sexualidade, deveriam pautar-se na formação de cidadãos autônomos e críticos, analisando-se para tal uma Educação Sexual com caráter emancipatório.

A inserção de um programa de Educação Sexual em uma Unidade Escolar justifica-se, além do direito de acesso a uma formação integral, também pela relevância social que essa intervenção tem no combate à homofobia e nas discussões sobre questões de gênero,

principalmente se forem debatidas de modo crítico e reflexivo, tornando-se pontos fundamentais e indispensáveis de um programa de Educação Sexual, tendo como base de reflexão a Educação Sexual Emancipatória, referenciada por Nunes (2000).

Entende-se assim que o desenvolvimento deste trabalho irá permitir aos/às professores/as receberem a formação que necessitam para compreenderem a importância da Educação Sexual na escola e seu papel como agente educador, pois, segundo Figueiró (2006a), durante o processo de formação profissional dos docentes é comum não haver o devido preparo para a análise e discussão da Sexualidade Humana no ambiente escolar.

Ressalta-se que se somando a todos os fatores que justificam a inserção da atividade de Educação Sexual na Unidade Escolar também se evidenciou um posicionamento favorável do corpo docente e gestor para o desenvolvimento do tema na escola.

Visando compartilhar ações pedagógicas e considerando a importância de um trabalho interdisciplinar que colabore com procedimentos preventivos diante de graves situações envolvendo agressividade e violências sexuais manifestadas pelos seus discentes, desvela-se a intenção que motivou a desenvolver o presente trabalho, que tem por objetivos de intervenção:

- Propor junto a uma escola pública municipal de Ensino Fundamental – ciclo I a inserção da Educação Sexual no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar.
- Planejar e organizar ações de Educação Sexual junto ao corpo docente e Gestor de uma Unidade Escolar municipal.

E como objetivos de investigação:

- Descrever e avaliar os resultados das ações realizadas após encontros desenvolvidos na Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Educação Sexual: conceito e problematizações

Segundo os autores Maia e Ribeiro (2011), o processo de Educação Sexual se apresenta com uma importante característica, ou seja, é uma manifestação geral e acontece desde o momento do nascimento do ser humano, surgindo em um primeiro momento no seio familiar para, posteriormente, continuar ocorrendo em diferentes grupos sociais, podendo, dessa forma, ser definida como a maneira pela qual edificamos os nossos valores sexuais e morais, tendo em seu interior a manifestação de diversos conteúdos pessoais, como os aspectos religiosos, literários, culturais, sociais e midiáticos.

Seguindo esse mesmo pensamento a respeito da Sexualidade Humana, observa-se nos dizeres de Figueiró (2006, p.46) que a mesma pode ser percebida como: “[...] uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais.”

Em virtude de o processo de construção da Sexualidade Humana ser uma importante manifestação da individualidade, essa manifestação exige por parte de nossa sociedade um processo mais específico de acompanhamento em seu desenvolvimento. Por isso, torna-se necessário que este tema seja abordado mais especificamente no plano cultural e pedagógico, dando origem ao processo de Educação Sexual Escolar.

Segundo o documento da UNESCO (2014) pode-se afirmar que:

A Educação em Sexualidade pode ser entendida como toda e qualquer experiência de socialização vivida pelo indivíduo ao longo do seu ciclo vital, que lhe permita

posicionar-se na esfera social da sexualidade. A educação em sexualidade está presente em todos os espaços de socialização: família, escola, igreja, pares, trabalho, mídia –, mas ocorre de forma pulverizada, fragmentada e dissociada de um plano de sociedade inclusiva. (p.54).

Segundo as informações contidas no citado documento, torna-se importante uma ação sistematizada do sistema educacional, tendo como objetivo reorganizar e aplicar essas informações de forma integral na formação dos seres humanos, vinculando e transferindo o conceito de Sexualidade Humana para uma Educação Sexual de cunho formal.

Por isso os pesquisadores Maia e Ribeiro (2011) afirmam que a Educação Sexual, de uma ação cultural indistinta, transforma-se em um ato que apresenta conhecimento e aplicação, revelando em seu interior ações planejadas com objetivos limitados, programas elaborados, tempo para ser executado e intenções claras e objetivas. Os autores afirmam ainda que:

A Educação Sexual Escolar precisa não apenas orientar, ensinar, informar, mas também discutir, refletir e questionar valores e concepções de maneira a possibilitar que cada indivíduo tenha uma compreensão dos referenciais culturais, históricos e éticos que fundamentam sua visão de sexualidade e sua prática sexual. (Maia & Ribeiro, 2011, p.76).

Na sequência de suas observações sobre o referido tema, os pesquisadores mencionados relatam que:

A Educação Sexual na escola deve ser um processo intencional, planejado e organizado que vise proporcionar ao aluno uma formação que envolva conhecimento, reflexão e questionamento; mudança de atitudes, concepções e valores; produção e desenvolvimento de uma cidadania ativa; e instrumentalização para o combate à homofobia e à discriminação de gênero. (Maia & Ribeiro, 2011, p.77).

Porém, cabe ressaltar que nem sempre a Educação Sexual foi trabalhada dessa maneira na escola. Nunes e Silva (2000) apresentam a Educação Sexual nos seus mais diferentes modelos históricos, a seguir descritos.

Educação Sexual Normativa e Parenética: este modelo consiste nos fundamentos de cunhos religiosos e em manuais de educação de “bom moço e da moça do bem”, incentivando também relações matrimoniais. Surge embasado em um discurso médico-higienista focado em doenças venéreas como forma de repressão e controle da Sexualidade Humana. Inicia-se em nosso país na década de 1960 e, atualmente, ainda encontra defensores nas Unidades Escolares e no meio social.

Educação Sexual médico-biologista: inicia-se também nos anos 1960/1970 e perdura até os dias atuais. Tem como foco principal os estudos anatômicos e fisiológicos dos sistemas reprodutores masculinos e femininos, bem como alternância e variações no enfoque, ora religioso, ora científico. Incluem-se também os enfoques médicos e de outros profissionais que através de palestras e discursos enfocam somente Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).

Educação Sexual terapêutico-descompressivo: tem sua origem na década de 1980 e apresenta em seu interior as seguintes características: sofre forte influência da mídia (principalmente, TV Mulher), “liberalismo feminino, análise terapêutica, defesa dos direitos dos homossexuais, crítica ao casamento tradicional, denúncia da violência às mulheres”.

Nunes e Silva (2000, p.16) evidenciam que a Sexualidade Humana passa a ser vista e encarada como fonte de prazer.

Educação Sexual consumista-quantitativo: principia-se a partir da década de 1990, sendo a sexualidade um intenso objeto de consumo, primando-se pelo uso mecanizado dessa. Torna-se uma atividade compulsiva tanto em seus aspectos pessoais como coletivo. Acontece vinculada ao aumento e expansão do acesso a produtos eróticos e pornográficos, tais como filmes, revistas, “brinquedos sexuais”, peças teatrais, dando-se ênfase à venda e comercialização do sexo. Encontra-se ausente nas Unidades Escolares, porém torna-se presente, de forma intensa, nos meios sociais, padronizando modelos de corpo e comportamentos sexualmente ideais.

Educação Sexual Emancipatória: caracteriza-se por ter ação oposta aos modelos citados anteriormente e evidencia caminhos para uma “formação plena, integral, histórica, ética, estética e psicologicamente significativa e consciente das potencialidades sexuais humanas” (Nunes & Silva, 2000, p.17). Está intimamente vinculada à ação pedagógica na Unidade Escolar, pois se espera a ação conjunta entre escola, família e sociedade, visando o desenvolvimento de uma emancipação humana total, referente a saberes, habilidades e atitudes sociais.

Atualmente, pode-se acrescentar a essas concepções de Educação Sexual acima citadas uma nova concepção, chamada de Educação Sexual Política, que nos dizeres de Figueiró (2006b, p.10-11): traz em seu interior questões relacionadas ao gênero que consistem em entender, questionar e reavaliar os papéis sociais masculinos e femininos, historicamente construídos. Dentro dessa linha de pensamento existem expressões muito conhecidas como: relações de gênero, expressão de gênero, papéis de gênero e identidade de gênero, tendo como foco principal a equidade de direitos sociais, políticos, culturais e educacionais, tanto para homens quanto para mulheres.

Em virtude da presença de diferentes concepções sobre a Educação Sexual torna-se importante e decisivo o papel do/a educador/a na elaboração de atividades que estejam diretamente associadas ao pleno desenvolvimento humano. Percebe-se que além da transmissão de importantes conceitos científicos sobre o assunto, deve o/a professor/a criar momentos que levem à reflexão e questionamento dos assuntos tratados. Sabe-se que o questionamento sobre a Sexualidade Humana pode colaborar para que os alunos sejam capazes de se tornarem críticos e reflexivos a respeito da vivência de sua sexualidade como forma de prazer e desenvolvimento humano.

Os discentes podem criar também importantes mudanças de atitudes, gerando momentos decisivos na elaboração e desenvolvimento de princípios éticos e morais que de certa forma acabam levando a uma cidadania ativa, gerando atitudes que proporcionam combate às manifestações homofóbicas, como também ações discriminatórias sobre determinado gênero.

Indo ao encontro do pensamento exposto, Furlani (2013) alerta que o desenvolvimento de atividades pontuais e descontínuas que envolvam a Educação Sexual leva os alunos a terem grandes dificuldades em refletir sobre o tema, gerando desmotivação e desinteresse.

Diz também que as atividades pontuais, tais como palestras e mesmo aulas em laboratório com a demonstração de modelos anatômicos e material referente à prevenção de IST não devem ser entendidas como o processo de desenvolvimento de Educação Sexual Escolar, mas sim como um procedimento ou estratégia/pedagógica.

Figueiró (2006b) observa ainda que a Educação Sexual, ocorrendo em qualquer nível de ensino, deve ser evidenciada pelo processo da ação contínua. Essa ação contínua permite que se obtenham momentos de reflexão, indispensáveis para que ocorra uma Educação Sexual Escolar sistemática, politicamente interessada em se conseguir uma criticidade nos

modelos que demonstrem e reflitam evidentes ações de desigualdades sexuais, de classes sociais, credos religiosos e diferenças de etnia e de raça. Sendo assim, afirma ainda que a escola que não oferecer a Educação Sexual aos seus discentes estará educando-os de forma parcial.

Cruz (2013) acrescenta, em seu artigo intitulado “Educação Sexual e Educação Infantil nos relatos das profissionais que trabalham com a formação de educadoras creche/pré-escola”, que um trabalho de Educação Sexual não deve apresentar em seu desenvolvimento características como: ser cíclico, esporádico, pontual e com ações raramente continuadas, e sim, envolver ações contínuas e de longo prazo, pois as atividades de Educação Sexual permitem reflexões sobre as diversas manifestações de sexualidade, as tensões no campo das relações de gênero, os diferentes preconceitos existentes e o fato de as crianças e adolescentes terem se tornado, nos últimos tempos, tão intensamente vítimas de violência sexual.

Louro (2016) afirma que os educadores pensam que ao deixarem de abordar os “problemas sexuais” em sala de aula a Sexualidade Humana ficará do lado externo da escola, além dos seus muros. Por isso, conforme afirma a autora, é necessário que a escola não apenas reproduza ou venha a refletir as concepções tradicionais sobre gênero e sexualidade que há atualmente na sociedade, mas, também, que ela própria venha a elaborá-la.

Furlani (2013) corrobora que o principal papel da Educação Sexual a ser desenvolvido em uma Unidade Escolar seja o de romper com as “verdades únicas”. Além disso, deve desmistificar os chamados modelos hegemônicos da denominada “Sexualidade Normal”, que evidenciam os interesses e jogos de poder existentes em sua construção.

Na concepção da pesquisadora, um trabalho de Educação Sexual deve revelar também as diversas formas individuais de se encarar a Sexualidade Humana presentes na sociedade,

tanto em seu meio cultural quanto político. Em suas observações Furlani (2013, p.70) relata que:

[...] na escola, o currículo, as disciplinas, as normas regimentais, as formas de avaliação, os materiais didáticos, a linguagem, constituem-se em instâncias que refletem e produzem as desigualdades de gênero, de sexo, de raça, etc., e podem incentivar o preconceito, a discriminação, o sexismo. (Furlani, 2013, p.70).

Para tal, isso propõe que as/os docentes, em suas ações pedagógicas, devam procurar não empregar o tratamento exclusivo no masculino, relatando igualdade de gênero em seus discursos como o uso do termo “pessoas”, ou “meninos e meninas” e mesmo ao se referir ao corpo docente de uma unidade escolar que se evidenciem as palavras “professores e professoras”. E quanto a nossa espécie que não se denomine “a origem do homem”, mas sim “surgimento da espécie humana” ou mesmo “o aparecimento da humanidade”.

Sabe-se que o estudo e a implementação de políticas e atividades que envolvam a análise da Educação Sexual dificilmente ocorrem em todos os níveis de educação, desde a chamada Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental – ciclo I e ciclo II, Ensino Médio e mesmo na graduação universitária. A autora Cruz (2003) diz que nos ambientes escolares dos anos iniciais de alfabetização existe a percepção de que os mesmos são carregados de preconceitos. Ainda assim, essas manifestações fazem referências aos diversos “diferentes” existentes, causando impactos que, direta ou indiretamente, agem no desenvolvimento da sexualidade nos jovens discentes.

Para Cruz (2003), um programa de Educação Sexual deve incluir de forma obrigatória a análise e reflexão do tema preconceito. O moralismo seria um dos motivos que tanto emperram o estudo e discussão de temas vinculados à Sexualidade Humana, dificultando a

aplicação de práticas menos repressivas e mais igualitárias. A presença de manifestações moralistas é evidenciada não apenas na relação entre creche/pré-escola com as crianças e suas respectivas famílias, mas, principalmente, na maneira como os familiares se relacionam com suas crianças, levando em conta as práticas pedagógicas existentes nas creches/pré-escola, originando tensões, conflitos e abusos de poder.

Tais manifestações moralistas também são evidenciadas nos demais níveis de ensino, tornando-se obstáculo para a implementação do estudo da Sexualidade Humana nas Unidades Escolares. Cruz (2003) ainda diz que a Educação Sexual é necessária porque as crianças são vítimas de violência sexual, cometida, principalmente, por adultos fora do espaço escolar. Em sua pesquisa ela observou que, de um modo geral, os trabalhos de formação que visam ao desenvolvimento de profissionais vinculados à Educação Sexual são esporádicos e de curta duração, contrariando, e em muito, a tendência contemporânea de formação continuada.

Retornando aos comentários de Maia e Ribeiro (2011), os mesmos afirmam que a Unidade Escolar, apesar da existência de outros espaços educativos, torna-se o local mais adequado para a realização da Educação Sexual. Inicialmente, porque os alunos apresentam uma frequência escolar já com seis anos de idade, permanecendo em sua maioria até os 18 anos, quando finalizam o Ensino Médio, ficando, portanto, no mínimo 13 anos na escola. Citam também que a Unidade Escolar tem importante função social na vida dos discentes, pois representa indispensável veículo de transmissão do saber historicamente construído pelo humano em suas dimensões ético-políticas. Ainda assim, são enfáticos ao afirmarem que:

É na escola que se espera que os educandos aprendam a questionar, refletir e se posicionar sobre atitudes relacionadas à sociedade, à cidadania, aos direitos humanos, à preservação do meio ambiente; que os indivíduos aprendam a adotar práticas preventivas visando à constituição de cidadãos críticos e autônomos, o que inclui uma

Educação Sexual emancipatória. Desta forma, questões de relevância social (como a igualdade de gênero e combate à homofobia) nela devem ser inseridas e tratadas de maneira crítica e reflexiva, constituindo elementos essenciais de um programa de educação sexual. (Maia & Ribeiro, 2011, p.78).

Finalmente, Figueiró (2006a) argumenta que a Educação Sexual está vinculada com o direito de todo ser humano a receber informações sobre o seu corpo, sua sexualidade e relacionamento sexual, bem como o direito de ter diversas oportunidades para manifestar seus sentimentos, reanalisar seus tabus, aprender, ter momentos de reflexões e debates para assim poder elaborar sua própria opinião e os seus próprios valores.

Refere-se ainda que o processo de Educação Sexual envolve ensinar por meio de atitudes do/a próprio/a educador/a, as quais devem revelar que a sexualidade é componente inerente a cada um de nós e deve ser vivenciada com aspectos positivos, tais como: liberdade, alegria e responsabilidade, salientando que uma Educação Sexual possibilita ao ser humano o direito de poder viver momentos de prazer (Figueiró, 2006a).

2.2 Saberes necessários para o desenvolvimento de um Programa de Educação Sexual na escola

Ao se desenvolver um trabalho de Educação Sexual na Unidade Escolar o/a professor/a deve se conscientizar de sua ação, pois estará tratando de um assunto considerado por muitos como algo complexo e um “tabu”.

De acordo com Nunes e Silva (2000), uma abordagem em Educação Sexual aponta, a princípio, o reconhecimento das possibilidades e os limites da Sexualidade Humana na Unidade Escolar, evidenciando em seus dizeres que não se esgota a reflexão sobre a

Sexualidade em apenas uma apresentação didática ou informativa. Afirmam ainda esses autores que não se realiza um trabalho de Educação Sexual de forma doutrinária e dogmática, bem como não se pode e também não se deve basear um projeto desta natureza em cima do voluntarismo espontaneísta, ainda que venha a se apresentar repleto de boas intenções e altruísmo.

Nunes e Silva (2000) alertam para o fato de que não existe uma Educação Sexual pronta e acabada, ocorrendo a partir de então um constante reexame crítico e permanente da Sexualidade, baseando-se em momentos que incentivam o diálogo, a escuta e a troca de constantes informações corretas, devendo sempre buscar os recursos infundáveis e desafiadores da pesquisa científica.

Para essa ação concreta, o educador sexual deve possuir alguns conhecimentos técnicos que na visão de Reis e Ribeiro (2005) seriam: conhecimentos gerais de anatomia/fisiologia humana; noções específicas de psicologia e relações humanas; desenvolvimento psicossocial; IST; questões de repressão sexual e uma didática específica para a aplicação de uma Educação Sexual Emancipatória. Buscando sucesso nessa didática diferenciada, o Educador Sexual deve reconhecer a seriedade de se trabalhar com o tema no interior da Unidade Escolar; não ter uma postura moralista; ser confiável e acessível aos discentes; procurar não estabelecer juízo de valores; possuir uma identificação clara e sem entraves com sua própria sexualidade e estabelecer como prioridade conteúdos que convirjam para as necessidades dos alunos.

Ainda Nunes e Silva (2000) apontam que a existência dos conhecimentos científicos e técnicos em uma Educação Sexual deve ser encarada como uma prática de discussão criteriosa e com grande rigor científico, realizando-se, de forma plena, no ideal da pluralidade e na constante suspeita e dúvidas sobre suas próprias construções e conclusões, avistando seu alerta àqueles que pretendem apresentar a Sexualidade Humana em sua dimensão escolar

como algo nocivo ao ser humano, ou seja, ver a mesma como algo repleto de mecanismos de controle e dominação, normatização repressiva e arbitrariedades históricas, alicerçadas em preconceitos e na negação da afetividade e do desejo.

Observam-se tais informações nos relatos de Louro (2014) quando questiona a naturalização feita em brinquedos para meninos e para meninas, o fato de meninas serem mais pacíficas ou passivas e já os meninos mais ativos, arteiros e agressivos.

Louro (2014), citando Foucault em seu conhecido *Vigiar e Punir* (Foucault, 1987), afirma também que:

A disciplina fabrica indivíduos: ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante [...]; é um poder modesto de uma economia calculada, mas permanente. (Louro, 2004, p.13).

Sendo assim, o desenvolvimento de atividades que evidenciam valores ligados à Educação Sexual permite ao educador/a incorporar para si uma grande responsabilidade, ou seja, a de poder colaborar com o desenvolvimento pessoal, podendo no núcleo desta atividade pedagógica vislumbrar em seu íntimo aquilo que se deseja para toda a espécie humana, isto é, uma vivência total da dignificação prazerosa do corpo e de uma igualdade das relações intrapessoais e interpessoais.

Ribeiro (1990) relata que os Programas de Educação Sexual ideais são aqueles que oferecem momentos de reflexão da cultura vigente e que direcionam pela busca de:

Desmistificação dos estereótipos sexuais (por exemplo, o machismo e a predeterminação dos papéis sexuais em função de cada sexo; a dupla moral sexual; a

discriminação pelo fato de se ser mulher), através da procura do equilíbrio entre posições radicais de extrema moralidade ou vulgaridade. (Ribeiro, 1990, p.20).

Em seus dizeres sobre como proceder, pedagogicamente, para se obter uma Educação Sexual adequada, Maia e Ribeiro (2011) apontam que o/a professor/a interessado/a no desenvolvimento desta atividade atenha-se para alguns detalhes a serem observados neste espaço de ensino-aprendizagem, sendo eles a necessidade de se planejar o desenvolvimento de um programa de Educação Sexual e dever-se aceitar a participação de todos os indivíduos que irão se envolver no mesmo, desenvolvendo-se, inicialmente, discussões e debates com todos os agentes educacionais: professores, coordenadores, diretores e, também, com os pais dos alunos.

A participação dos genitores dos discentes contribui de forma bastante salutar para a perfeita integração família-escola. O educador/a, ao desenvolver esta atividade pedagógica, deve abranger não apenas seus anseios, interesses e objetivos, mas também dar voz às demandas existentes na comunidade escolar.

É importante e necessário também que o/a docente responsável pelo programa esteja motivado/a e confortável para dialogar sobre o tema, pois isso pode colaborar em suas atitudes positivas e esclarecedoras sobre o assunto.

Ainda segundo Maia e Ribeiro (2011), o/a responsável pelo evento precisa estar munido de informações científicas e confiáveis e, caso seja necessário, deve lançar mão de ajuda externa, ou seja, da colaboração de especialistas no assunto, sendo eles: sexólogos, médicos e biólogos. E como metodologia empregada esse deve optar por diversificação de caminhos como o uso de vídeos, dramatizações, projeção de *slides*, fantoches, bonecos, massa de modelar, entre outros. A partir disso, é importante salientar que, se for necessário,

irá utilizar a indispensável colaboração dos seus pares que certamente estarão comprometidos no desenvolvimento e realização desta atividade pedagógica.

A Carta de Aveiro (2010) especifica que a Sexualidade é uma dimensão peculiar e inerente ao ser humano e propõe que a Educação Sexual deva ser desenvolvida de forma integral, abrangente, baseada em informações científicas, com adequação à idade daquele a quem se destina. Deve, ainda, evidenciar uma cultura importante, tendo como base o respeito aos Direitos Humanos. Aponta também que a Educação Sexual deva fazer parte dos currículos escolares em todos os níveis e contextos de educação e ensino, ou seja, a partir da infância ao Ensino Superior. É nesse ponto que os docentes têm a oportunidade de frequentar cursos de especialização, pós-graduação e de extensão em Educação Sexual e Sexualidade Humana.

Retomando as citações de Maia e Ribeiro (2011), esses apontam também que para se obter uma Educação Sexual crítica e emancipatória, espera-se que haja uma formação continuada de agentes escolares e professores/as, ocorrendo em cursos que evidenciem as seguintes características para que se tornem, realmente, eficazes: que não sejam pontuais; que venham a apresentar efetivas parcerias com universidades, principalmente as públicas; que aconteçam participações de estudiosos no assunto e que possam fazer parte do Plano Político-Pedagógico da Unidade Escolar.

Ainda de acordo com Maia e Ribeiro (2011), o desenvolvimento de uma postura crítica é fundamental e indispensável para a formação de atitudes preventivas e saudáveis sobre a Sexualidade Humana. Relatam ainda que o trabalho de Educação Sexual deve abarcar cada ser humano tanto em seu aspecto individual quanto coletivo, respeitando e problematizando o direito de cada cidadão, auxiliando a vivenciar seus valores morais, o respeito por si mesmo e aos demais, indo, portanto, para além da transmissão de simples

informações, mas agindo de forma que garanta uma ação realmente transformadora no processo educativo.

Visando à implementação na Unidade Escolar de um programa de Educação Sexual que objetive alcançar uma realidade crítica e transformadora, espera-se que o educador/a ou educadores/as vinculados/as ao mesmo possam ter uma formação específica, tanto inicial quanto continuada no tema em análise.

De acordo com o pensamento de Leão, Ribeiro e Bedin (2010):

[...] para se trabalhar com Orientação Sexual¹ na escola temos que nos lembrar de que ela deve contribuir para a formação global, crítica e criativa do aluno, assim como propiciar condições para o questionamento de valores discriminatórios e de atitudes preconceituosas.

Outro ponto importante a ser observado pelo educador/a vinculado à implementação e desenvolvimento da Educação Sexual é que sejam incluídas, além dos assuntos vinculados às ações preventivas à saúde reprodutiva e sexual, análises e discussões sobre os relacionamentos sociais, dando ênfase às questões de gênero e à homofobia. Atualmente, tem-se conhecimento de que o direito à informação e a Educação Sexual fazem parte dos Direitos Sexuais, que por sua vez são integrantes dos Direitos Humanos.

Dentre os Direitos Sexuais existentes na WAS (2014) pode-se citar que os mais vinculados à Educação Sexual seriam: o direito à igualdade e a não discriminação; à liberdade e à segurança pessoal; à autonomia e à integridade corporal; à informação; à educação e à educação sexual esclarecedora e, por conseguinte, à liberdade de pensamento e expressão.

¹ Foi utilizado o termo Orientação Sexual, porém, o termo utilizado atualmente é Educação Sexual.

Quando se foca em Direitos Humanos em um trabalho de Educação Sexual ocorre a possibilidade de realizar a indispensável análise e reflexão da Sexualidade Humana em seus aspectos psicológicos e socioculturais, enfatizando-se, desta forma, o processo contínuo de construção da Sexualidade Humana.

Silva (2007) afirma, em seu artigo intitulado “Direitos Humanos e diversidade sexual como elementos norteadores de políticas públicas educacionais” que a Educação é um dos fatores indispensáveis para o surgimento de mudança social necessária e capaz para que ocorra o aparecimento de uma sociedade inclusiva e não assimilacionista, com capacidade de encarar a diferença como valor e não como um desvio social de padrões normais. Sabe-se que as políticas de educação em Direitos Humanos passam, obrigatoriamente, pela Unidade Escolar e por seus processos educativos. O autor afirma ainda que:

A Educação em Direitos Humanos é uma prática pedagógica comprometida com uma educação que é permanente, continuada e global; que busca inequivocamente a mudança social; que procura inculcar valores *sociais* que revolucionem a vida cotidiana. Revolucionar o cotidiano passa por promover espaços de reflexividade nos quais o educador e educando se permitem transformar coração e mente, se permitem transcender a mera formalidade da instrução e da transmissão de conhecimentos acabados e portadores de verdades absolutas. Educar em Direitos Humanos implica uma ação na qual os atores e atrizes envolvidos no processo educacional se permitam compartilhar saberes, e, sobretudo, reconhecer que diferença não é sinônimo de desigualdade, mas o par de identidade. (Silva, 2007, p.4).

E esta entrada e aguardada permanência da Educação em Direitos Humanos na Unidade Escolar permite que o professor responsável pelo desenvolvimento do trabalho de

Educação Sexual possa dar praticidade e tornar real o estudo, análise e reflexão de temas tão importantes, atuais e polêmicos como a discussão sobre gêneros e a homofobia.

Maia e Ribeiro (2011) em relação ao assunto dizem que a Unidade Educacional poderia se tornar um local educativo a serviço de um Estado que tenha o ideal de Educação em Direitos Humanos como algo que veja a diferença entre as pessoas como manifestação de uma diferença positiva, em que as diferentes identidades possam ser consideradas possíveis e de significados igualitários.

Meira, Queiroz, Oliveira, Moraes e Oliveira (2006) relatam, em suas declarações sobre a importância da escola como elemento propagador de um trabalho de Educação Sexual, que esta atividade vai ao encontro de uma prática da psicologia educacional vinculada ao processo de humanização. Citam que o educador/a deverá ser conectado/a à elaboração de uma metodologia educacional na qual exista a socialização do saber e da elaboração de um pensamento crítico, de forma que seja possível compreender a realidade em seus diversos momentos e assimilar a sociedade como uma realidade de vir a ser.

E, finalmente, são nos referenciais existentes no volume dez dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) que se encontram afirmações apontando que a Unidade Escolar é uma das instituições privilegiadas para a execução da Educação Sexual, pois a mesma, além de ser um local formativo e humanizador, tem como característica legal o apoio do governo para que se oportunize, nesse recinto, o esclarecimento formal sobre a Sexualidade Humana. Desta forma, espera-se que o professor responsável pela elaboração e execução na Unidade Escolar de um trabalho de Educação Sexual possa estar ciente de suas atividades, não só em relação à Sexualidade Humana, mas também divulgar e incentivar os diferentes direitos inerentes aos seres humanos, quer sejam eles iguais ou diferentes dos padrões considerados “normais”. Aguarda-se, assim, que temas polêmicos e atuais como: cor, raça, etnia, religião, orientação sexual, gênero, homofobia e sexismo possam ser

discutidos, analisados e passem a ser ponto inicial para reflexões críticas por parte de todos e que façam da escola um local reflexivo, originador de cidadãos conscientes, ativos e respeitadores dos direitos dos outros seres humanos.

2.3 Projetos Político-Pedagógicos no Contexto Escolar e a Educação Sexual

2.3.1 Conceitos de Projeto Político-Pedagógico

Na visão de Gadotti (2000), todo Projeto Político-Pedagógico (PPP) é sempre um mecanismo não finalizado, um caminho rumo a outra e moderna identidade de cada unidade educacional, tendo como fundamento principal a presença e o fato de se viver cada vez mais em uma sociedade pluralista.

O autor fortalece seu pensamento afirmando que:

A crise paradigmática também atinge a escola e ela se pergunta sobre si mesma, sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia e das comunicações, pelo pluralismo político e pela emergência do poder local. Nessa sociedade cresce a reivindicação pela autonomia contra toda forma de uniformização e o desejo de afirmação da singularidade de cada região, de cada língua etc. A multiculturalidade é a marca mais significativa do nosso tempo. (Gadotti, 2000, p.1)

Ainda de acordo com os dizeres de Gadotti (2000) um Projeto Político-Pedagógico deve ser elaborado de forma interdisciplinar envolvendo, dessa forma, todos os componentes curriculares, evidenciando também a ousadia dos participantes da comunidade escolar a partir

de uma situação real, projetando-se para frente em uma ação intencional, explícita, deixando bem claro aquilo que se pretende modificar, empregando-se modernas inovações.

Assim, encontra-se em suas afirmações que esta ação pedagógica escolar gera rompimentos com a situação atual e a realização de promessas futuras. E ao se tentar conseguir essa situação, acontecem rupturas no atual estado confortável, prevendo-se uma vivência de situações de instabilidade para se alcançar uma nova estabilidade que se caracteriza por ser um melhor e mais confortável momento. Dessa forma, essas promessas por momentos melhores e mais promissores comprometem diretamente a ação gestora dos autores e atores, elementos envolvidos no mesmo.

Ao se analisar os comentários de Gadotti (2000) a respeito do tema pode-se perceber que o desenvolvimento de um Projeto Político-Pedagógico envolve diversos componentes destacados:

- a) Presença do componente tempo e suas diversas manifestações para o amadurecimento das ideias: o institucional, o político e o escolar.
- b) Presença de elementos facilitadores: satisfatória comunicação; envolvimento voluntário dos seus participantes; eficiente suporte financeiro e institucional; presença de credibilidade; existência de clima favorável e notório referencial teórico.

Já na concepção de Veiga (1998) em seu artigo “Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção coletiva”, todo Projeto Político-Pedagógico se caracteriza por ir além de singelo aglomerado de ações gerais e planos de ensino, os quais são elaborados e em momentos posteriores arquivados ou direcionados aos superiores educacionais para se efetivar tarefas ditas burocráticas. Contrariamente, segundo Veiga (1998), essa ação pedagógica deve ser elaborada e vivenciada em todas as ocasiões, abrangendo o grupo de pessoas que estejam implicadas com a ação educativa da Unidade Escolar.

Evidenciam-se, também, nos dizeres da referida pesquisadora, que todo Projeto Político-Pedagógico se reveste de ação explícita e intencional, mirando-se de forma coletiva a busca de um novo rumo educacional, objetivando-se a possibilidade de se formar um cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

Continuando em sua análise sobre o tema Veiga (1998) afirma que:

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. Desse modo, o projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade. (p.2)

E complementando seus dizeres, Veiga (1998) afirma que se faz necessário compreender que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve ser encarado como um momento de reflexão sobre o desenvolvimento do cotidiano escolar, sendo indispensável que a unidade educacional tenha a sua disposição um tempo de reflexão e ação, para que possa evidenciar a concretização de sua proposta educacional.

2.3.2 Educação Sexual presente no Projeto Político-Pedagógico

Na concepção de Altmann (2001) os PCN (Brasil,1998) objetivam ser um referencial incentivador da reflexão sobre os currículos escolares, gerando uma proposta aberta e acessível, que poderá ser empregada pelas Unidades Escolares na confecção de suas propostas curriculares. Segundo essa autora, com a finalidade de se alcançar os objetivos propostos pelos PCN, o tema transversal – “orientação sexual” – deve abranger toda a ação educativa do Ensino Fundamental e ser abordada pelos diferentes setores do conhecimento, ocorrendo de duas maneiras: dentro da programação, em conteúdos transversais nas diversas áreas do currículo e na extraprogramação. Para tal, o assunto deve ser tratado ao longo de todos os ciclos de escolarização, sendo, entretanto, “a partir da quinta série, além da transversalização” (Brasil, 1998, p.580). Esse modo de se tratar o tema aponta um aumento dos trabalhos de Orientação ou Educação Sexual a partir desse ciclo escolar quando aparecerem assuntos e discussões relacionados.

Os termos “Orientação Sexual” e “Educação Sexual” podem ser encontrados em diferentes citações de diversos autores, cabendo, neste momento, salientar a versão de Figueiró (2006a, p.48): “a expressão educação sexual é mais apropriada, porque é coerente com a concepção do método de educação, no qual o educando participa do processo de ensino e de aprendizagem como sujeito ativo”. Salienta ainda que “orientação sexual diz respeito à direção do desejo sexual do indivíduo, que pode ser heterossexual, homossexual ou bissexual” (Figueiró, 2006a, p.49)

Retomando o pensamento de Altmann (2001), a referida pesquisadora afirma que a Educação Sexual pode ser incluída no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e ser desenvolvida da 1ª à 8ª série de duas formas:

A. Dentro da Programação: o conteúdo de sexualidade proposto é organizado, planejado e dividido entre os professores de cada série. Pode ser que, numa série, sejam os professores de Português, História e Ciências que se considerem capazes e queiram ensinar sobre sexualidade e, assim, ensinarão o conteúdo dentro de suas próprias aulas. Em outra série, pode ser a professora de Matemática e a de Educação Física, por exemplo. Quando a professora é a única da sala, como acontece nas séries iniciais, necessita organizar-se para ensinar os conteúdos estipulados dentro de algumas áreas de conhecimento, nas quais houver condições de inserir. B. Como extraprogramação: todo e qualquer professor, sem planejamento prévio, aproveita uma situação, um fato que acontece espontaneamente, para, a partir daí ensinar sobre sexualidade, ou transmitir uma mensagem positiva sobre a mesma; aproveita, enfim, para educar sexualmente. (Altmann, 2001, p.580).

Dessa maneira, pode-se perceber a importância de se estudar e desenvolver atividades de Educação Sexual na Unidade Escolar e que essas sejam inseridas no Projeto Político-Pedagógico para que se possa alcançar os objetivos propostos pelos professores que se acham dispostos a analisar o tema com os seus alunos e toda a comunidade escolar.

Em pesquisas realizadas por Quaglia, Palmieri, Velho e Nagel (2013) encontram-se dados que investigam e relatam a presença e desenvolvimento de ações de Educação Sexual no Projeto Político-Pedagógico nas Unidades Escolares, sendo que tais autores dizem ser o Projeto Político-Pedagógico (PPP) documento norteador das atividades nas Unidades Escolares. Entretanto, evidenciam que os estudos realizados sobre os conteúdos dos PPP das treze unidades escolares verificadas caracterizam-se pela ausência de zelo e cuidado na organização, análise e possíveis discussões, tanto sob o ponto de vista teórico quanto prático, em termos da presença da Educação Sexual Escolar.

Afirmam ainda que apesar da importância indiscutível, o tema: “sexualidade /sexo” não se encontra devidamente presente, construído e analisado, a fim de que se possa permitir e garantir qualidade de vida, tanto nos aspectos físicos quanto mentais, para discentes, docentes, pais, enfim, toda a comunidade escolar desses locais municipais de ensino.

Dentre as citações por eles evidenciadas em sua análise convém atentar para a Escola E.M.N.1, que alega dar ao tema Educação Sexual/Sexualidade Humana o mesmo valor e importância dedicados à Educação Ambiental e Educação Física. Destacando ainda que o tema estudado não se sujeita como prioridade desse local de ensino. Salienta, também, que nos Projetos Político-Pedagógicos das demais Unidades Educacionais pesquisadas não havia proposta de capacitação para as equipes pedagógicas, não existindo um documento claro sobre de que forma a sistematização destas ações poderia ser realizada.

Quaglia et al. (2013) concluem que a comunidade escolar do município de Maringá-PR não está dando o devido valor à Sexualidade Humana, pois tabus devem estar dificultando a análise e discussão do assunto na Unidade Escolar, havendo, desta maneira, muitos preconceitos em relação ao tema. Os autores indicam que para alterar essa situação social/pedagógica é indispensável a ação de atividades de capacitação interdisciplinar dos profissionais, principalmente do chamado Orientador Educacional, isto é, aquele agente educacional que faz o importante elo entre o espaço escolar e a aprendizagem dos/as discentes/docentes.

Mattos, Ferreira e Jabur (2008) analisam os dados obtidos na pesquisa realizada no Colégio Estadual Gabriel de Lara na cidade paranaense de Matinhos junto aos professores desta Unidade Escolar e verificaram que para 13% dos docentes a Educação Sexual é analisada de forma específica no Projeto Político-Pedagógico. Já para 37% não se tem algo tratado de forma específica e, sim, que o assunto é visto nas disciplinas de Ciências Naturais e Biologia. E, coincidentemente, também 37% dizem que os temas e conceitos vinculados à

Educação Sexual ou à Sexualidade Humana são evidenciados e analisados em todas as disciplinas, garantindo, desta forma, a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade ao assunto.

Contudo, Mattos, Ferreira e Jabur (2008) apud Valladares (2001) afirmam que diversas Unidades Educacionais colocam no currículo de Ciências temas como o aparelho reprodutor, analisando o assunto de forma bastante superficial, relatando-se apenas noções sobre o funcionamento e anatomia do sistema reprodutor humano. Sabe-se que essa análise ocorre de forma bastante preferencial e corriqueira na sétima série (atual 8º ano) do Ensino Fundamental e termina por não atingir os desejos e anseios dos alunos e muito menos de se obter uma visão mais libertadora e crítica da Sexualidade Humana.

Verifica-se também a importância de se inserir a Educação Sexual nos Projetos Político-Pedagógicos nos dizeres de Barros (2013) em seu artigo “Corpos, Gêneros e Sexualidades: questões que integram o PPP”, sendo o PPP um documento que precisa ser elaborado a partir das propostas pedagógicas, que visam à formação do tipo de pessoa que se quer construir e, também, da realidade vivenciada pela Unidade Escolar. Torna-se assim de grande validade e importância que temas vinculados aos corpos, gêneros e sexualidade se façam pontuais e marcantes, uma vez que os mesmos são questões de caráter social e são elementos integrantes do dia a dia das escolas nas suas mais diferentes ocasiões, principalmente na divisão das filas entre meninos e meninas; na utilização dos banheiros; nos namoros na Unidade Escolar; na gravidez precoce de uma adolescente; nas questões de homofobia e na pluralidade de corpo, entre outros momentos.

Segundo Barros (2013) pesquisas evidenciam que nos espaços escolares tais questões não são trabalhadas de forma sistemática e contínua em atividades do cotidiano escolar, sendo analisadas tão somente por poucos profissionais, ou seja, apenas por poucos professores, das disciplinas de Ciências Naturais e Biologia, ou de forma esporádica e

excepcional por profissionais da área de saúde que são convidados a ministrarem palestras acerca da saúde sexual.

Percebe-se também que, segundo Barros (2013), há um enfoque sobre a anatomia, fisiologia e conceitos biológicos e que a abordagem sociocultural e histórica da Sexualidade Humana e temas como formas de viver os prazeres e desejos de nossa sexualidade não são evidenciados e muito menos discutidos.

Para Barros (2013), a educação para a Sexualidade Humana deve ser presença obrigatória no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Unidade Escolar, pois a colocação desses assuntos nesse documento oficial, que traça as diretrizes da ação de ensino-aprendizagem durante o ano letivo, permite que temas como: corpos, gêneros e sexualidade sejam vistos como assuntos institucionais e sejam compreendidos como conteúdos que devem ser analisados de maneira permanente e sistemática, cabendo à responsabilidade de toda a comunidade escolar, apresentando-se assim como mais um componente do currículo e não sendo considerado apenas uma obrigação a ser analisada, estudada e desenvolvida por atividades esparsas e pontuais de um ou de outro docente da Unidade Escolar. Esse pesquisador afirma ainda que a Educação Sexual Escolar deve ser:

Um trabalho contínuo e político que permite que a escola faça o contraponto, reflita, discuta e desestabilize alguns modelos hegemônicos referentes às temáticas de corpos, gêneros e sexualidades, tais como: a masculinidade, a heterossexualidade, a criança inocente e assexuada, a família nuclear, entre tantos outros, presentes na sociedade. (Barros, 2013, p.15).

Entende assim Barros (2013) que tais temas não podem ser marginalizados do currículo escolar, nem discutidos de forma pontual, mas sim compreendidos como assuntos

que ao fazerem parte da sociedade atual e, desta maneira, da Unidade Escolar, sejam contemplados no conteúdo do Projeto Político-Pedagógico para que possam ser elementos integrantes desse mesmo currículo escolar.

Os PCN (Brasil, 1998) dizem que a Educação Sexual e os temas ligados à Sexualidade Humana precisam ser estudados e refletidos por e em todas as disciplinas curriculares. Lorencini Junior (1997) preconiza o mesmo pensamento dizendo que a Educação Sexual é parte integrante do processo educativo interdisciplinar, almejando construir todos os sentidos e pilares inerentes à Sexualidade Humana.

Já na visão dos pesquisadores Tonatto e Sapiro (2002), o docente sente a necessidade de dar maior profundidade às questões vinculadas à Sexualidade Humana, não dispondo de conhecimentos específicos para tal.

E retomando as conclusões dos trabalhos efetuados por Mattos, Ferreira e Jabur (2008), nota-se que a abordagem da Educação Sexual na Unidade Escolar está ocorrendo da seguinte maneira: 49% dizem que estão trabalhando de forma ampla, com abordagem de assuntos específicos como: doenças e suas prevenções; anatomia humana do sistema reprodutor e também desenvolvem metodologias de uma educação libertadora; já para 38% dos docentes a abordagem ocorre apenas para com conteúdos que objetivam a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e análise da anatomia e morfologia do corpo humano e, finalmente, apenas 13% fazem uma análise restrita, não permitindo o diálogo com os alunos, isto é, não usam procedimentos que possam sanar as muitas dúvidas dos discentes.

Percebe-se, dessa forma, que este último grupo de docentes não estaria agindo de acordo com as propostas de Figueiró (2004) quando a mesma afirma que:

O professor é o principal sujeito dessa formação continuada e tem que partir dele o desejo de transformar suas concepções e sua prática pedagógica, possibilitando o

conhecimento e o desenvolvimento da vida sexual, com maior espontaneidade, liberdade e aceitação das diferenças individuais a fim de contribuir para realização de projetos de vida pessoal e social como seres sexuados. O professor também é o responsável em criar um ambiente que transmita segurança, confiança sem pressões, permitindo e mesmo incentivando os alunos a demonstrarem livremente seus sentimentos, seus valores, suas dúvidas, contribuindo e enriquecendo as discussões com suas opiniões e informações (Figueiró, 2004, p.55).

E seguindo os mesmos caminhos que Figueiró (2004), os autores Mattos, Ferreira e Jabur (2008) apud Werebe (1998) afirmam que:

A formação dos docentes deve ser um procedimento que abrange tanto a formação científica quanto pessoal, para que possa dar correta interpretação às dúvidas e questões trazidas pelos discentes, visando compreender o real significado da melhor maneira possível, adotando assim uma educação e ação democráticas, isto é, não atuando e interferindo diretamente nas bases, porém, limitando-se apenas e tão somente, em apontar metas, sugestões, alvos e formas de trabalho. (p. 4655).

2.4 Relatos de Experiências de Educação Sexual nas Escolas

Diante dessas discussões, é importante evidenciar experimentos ocorridos em diversas Unidades Escolares brasileiras que relatam os estudos e ocorrências de trabalhos vinculados à Educação Sexual. Assim, observando-se citações de Rufino, Pires, Oliveira, Souza e Souza (2013) quando da descrição do artigo “Educação Sexual na Prática Pedagógica de Professores da Rede Básica de Ensino”, realizada com 29 professores em três escolas públicas estaduais

da cidade de Goiânia, Goiás, que a quase totalidade dos docentes apresenta dificuldade em trabalhar a temática (89%) e os que necessitam se capacitar no assunto alcançam 93%.

As mesmas autoras dizem que segundo 76% dos entrevistados os conteúdos sobre sexualidade não estavam inseridos nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), conforme preconizado pelos PCN, e a disciplina Biologia foi apontada como o caminho mais utilizado para se estudar sexualidade na Unidade Escolar. Os professores não possuem experiências na temática, não receberam capacitações específicas e que a Educação Sexual não está presente no Projeto Político-Pedagógico. Dizem, ainda, sentir dificuldades com o assunto e também grande necessidade de participarem de curso de capacitação.

Ainda assim é debatido por esses autores que trabalhar conteúdos nesse assunto e suas especificidades na Unidade Escolar não é atividade fácil de concretizar, pois segundo seus relatos, este tema é ainda visto como algo delicado e cheio de tabus e preconceitos, uma vez que é influenciado, intensamente, pelo meio ambiente em seus diversos aspectos, tais como: históricos, sociais e religiosos. Enfatizam que, somado a esses fatores, o próprio professor também apresenta suas concepções formalizadas e vivências pessoais bem ou malsucedidas a respeito de sua sexualidade.

E nos comentários de Maia e Ribeiro (2011) a Educação Sexual deve ocorrer na Unidade Escolar objetivando um processo de ação e formação específica e intencional sobre a Sexualidade Humana. Relatam ainda que a partir dela pode-se analisar e refletir sobre atitudes, comportamentos, valores, ética, concepções e práticas, admitindo que a Educação Sexual deva primar pelo desenvolvimento de um processo intencional, com planejamento e organização, objetivando oferecer ao aluno uma formação que envolva conhecimento e momentos de questionamento e reflexão, bem como alterações de atitudes, concepções e valores. Deve, também, proporcionar condições para que aconteça a origem e

desenvolvimento de um cidadão ativo, capacitando-o a combater a discriminação de gênero e homofobia.

Defendem ainda Maia e Ribeiro (2011) que a Educação Sexual na Unidade Escolar deva ultrapassar as informações biológicas, orgânicas e profiláticas, atingindo e compreendendo a Sexualidade Humana e a saúde mental nos seus componentes sociais e políticos.

Já Beraldo (2003) afirma em seus comentários existentes em “Sexualidade e Escola: Um Espaço de Intervenção”, a partir de experiências desenvolvidas na área de Educação Sexual em duas escolas municipais do Ensino Fundamental, em uma cidade no sul do estado de Minas Gerais, no ano de 2000, que há grande necessidade de se realizar estudos a respeito da Sexualidade Humana, pois é necessário que o tema seja estudado para que ocorra a desmistificação de tabus, estigmas e preconceitos, os quais surgiram e permanecem até hoje incrustados no meio da sociedade humana. Segundo a autora, mesmo com a ocorrência da “revolução sexual, da globalização e com os meios de comunicação” tendo gerado grandes modificações nas atitudes morais e nas questões vinculadas ao sexo e à sexualidade, esse tema ainda continua sendo visto como um grande tabu no seio de nossa sociedade.

Beraldo (2003) acrescenta ainda que a escola não deve e não vai assumir o lugar da família, mas cabe a ela dar condições para que uma aprendizagem correta venha a surgir, pois a instituição escolar objetiva o crescimento do indivíduo como um todo. Dessa maneira, as atividades de Educação Sexual a serem desenvolvidas na escola devem conter discussões e reflexões a respeito do tema, acontecendo de um modo formal e sistematizado, constituindo-se em uma proposta objetiva de ação por parte dos/as educadores/as.

Afirma ainda que, durante o desenvolvimento do seu trabalho de Educação Sexual, objetivou, principalmente, as mudanças nos padrões comportamentais, levando em consideração três pontos elementares: a transmissão de informações cientificamente corretas;

a tentativa de eliminação de preconceitos e tabus e a ação na área afetivo-emocional. Para isso desenvolveu em sua atividade inicial o indispensável trabalho de diferenciar sexo e sexualidade e atuou como uma pessoa aberta isenta de preconceitos, tabus e mitos, trabalhando os assuntos através de aulas expositivas, dinâmicas de grupos, folhetos explicativos, filmes e outros materiais vinculados ao assunto. Para finalizar seus comentários acerca de intervenção prática, Beraldo (2003) afirma que dois pontos devem chamar a atenção dos profissionais que desenvolvem junto à comunidade escolar atividades de Educação Sexual: os pais não devem se acomodar, julgando a Unidade Escolar como a única responsável pelo processo de educação sexual dos seus filhos, ou seja, a família deve compartilhar informações e ensinamento com a escola.

E em segundo plano afirma que o/a professor/a ou os/as professores/as responsáveis pelo desenvolvimento de atividades de Educação Sexual não devem e não podem se transformar em conselheiros ou confidentes dos alunos. O tratamento dos temas deve ficar no plano pedagógico e caso haja necessidade ou se tornar necessário, casos especiais devem ser dirigidos e levados para um profissional especializado.

Quaglia et al. (2013) afirmam que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o plano amplo da instituição e um fator de organização e integração de sua atividade prática. Após analisar 49 (quarenta e nove) escolas municipais de Ensino de Maringá-PR perceberam tais pesquisadores que apenas 13 (treze) Unidades Escolares não desenvolveram, de forma específica, atividades de capacitação para se lidar com o tema e muito menos citaram questões vinculadas à Educação Sexual, tanto em seus aspectos comportamentais ou como subjetivos do sujeito.

A partir da verificação e interpretação dos resultados obtidos em sua pesquisa, Quaglia et al. (2013) dizem que parte da comunidade escolar estudada não está dando o valor adequado às questões de Sexualidade Humana. Afirmam que isto talvez se deva à existência

de tabus que ainda estão presentes, pois alunos, professores e outros orientadores pedagógicos ainda devem estar inclusos em um ambiente cultural que deve oferecer certa resistência a um olhar mais significativo e penetrante, isento de preconceitos em relação à sexualidade no currículo escolar.

Indicam ainda que para se alterar este panorama é preciso um processo de capacitação interdisciplinar dos profissionais, principalmente do orientador educacional, ou seja, aquele profissional da educação que faz a mediação e o acompanhamento do discente no ambiente educacional escolar. Os mesmos, portanto, percebem a importância de se estudar os Projetos Político-Pedagógicos presentes nas Unidades Escolares e a possível inclusão de atividades de Educação Sexual em seus contextos de desenvolvimento.

Para Mattos, Ferreira e Jabur (2008), após a investigação a respeito da formação dos professores e sua prática pedagógica e como enxergam a Educação Sexual, a maioria desses ainda demonstra a tendência de encarar essa Educação pelo olhar do campo de cunho biológico. Entretanto, se os docentes fossem contemplados, além de uma formação inicial, com uma formação continuada tendo como foco principal a realidade sociocultural de sua região e o papel da sexualidade na sociedade atual, gerar-se-ia uma possível reflexão e crítica do seu desenvolvimento pessoal, histórico, cultural e profissional. Assim, os docentes deixariam de se preocupar em compreender apenas os conteúdos biológicos e também se inteirariam a respeito de outros aspectos ligados à Sexualidade Humana, ou seja, seus componentes históricos, emocionais, sociais e culturais.

Relatam ainda tais autores que se deve ter em mente que a Educação Sexual tem que ser trabalhada em todas as disciplinas escolares, indo ao encontro dos dizeres dos PCN (Brasil, 1998), e que a formação continuada não deve ser apenas destinada a professores que ministram esse tema, mas a todos, pois podem surgir no dia a dia da sala de aula questionamentos diante dos quais será indispensável a reflexão e a crítica do professor sobre

o assunto, sendo, portanto, necessário que a Educação Sexual seja encarada dentro de uma vertente sociocultural para permitir uma reflexão crítica por parte dos alunos e professores a respeito do papel da sexualidade e sua presença na sociedade atual.

E após a análise da pesquisa efetuada por Mattos et al. (2008) desenvolvida nos dias 19 e 20 do mês de maio de 2008 e com a posterior investigação dos dados fornecidos pelos questionários, os quais evidenciavam perguntas semiestruturadas, as informações oferecidas pelos docentes mostraram que 62% dos professores entrevistados acharam importante a Educação Sexual como disciplina; 13% relatam que a inclusão de Educação Sexual é muito importante e 25% opinaram que esse tema é pouco importante. Os resultados apontaram ainda que os entrevistados sempre vinculam a Educação Sexual e a Sexualidade Humana com a disciplina de Ciências Naturais ou de Biologia e não a consideram em suas particularidades socioculturais, históricas e econômicas.

Outros dados fornecidos pelo estudo de Matos et al. (2008), no que tange à formação dos professores e sua prática pedagógica em Educação Sexual, podem ser empregados como elementos incentivadores para se desenvolver na Unidade Escolar as atividades de Educação Sexual. Apontam que o assunto despertou interesse nos alunos, o que pode ser usado como fator incentivador para os docentes tratarem do tema em suas aulas. Os números apontaram que os alunos gostariam de ter aulas, cursos, palestras sobre a Educação Sexual e Sexualidade Humana. Mostram também que: 30% gostariam muito; 25% certamente; 40% talvez e apenas 4% afirmaram que não gostariam. Percebe-se, portanto, que 55% dos discentes são favoráveis à presença de Educação Sexual em suas aulas, o que pode ser usado como elemento catalizador na inserção de projetos de Educação Sexual em sua comunidade escolar.

Maia (2004, p.170) afirma que “[...] a sexualidade deve apresentar questões que ultrapassem os aspectos biológicos fazendo-se necessário a presença de reflexões sobre o contexto no qual o jovem se encontra inserido.”

Para esses pesquisadores muitos alunos não gostam de ter cursos e palestras que abordem assuntos de Sexualidade Humana, pois os conteúdos e temas analisados são sempre os mesmos e não trazem novidades e também não apresentam inovações, sendo que geram poucas participações e isso pode diminuir o interesse dos alunos. Provavelmente, os alunos se referiram a constantes análises da sexualidade em seus aspectos biológicos envolvendo apenas temas como anatomia e fisiologia dos sistemas reprodutores humanos, métodos contraceptivos, gravidez precoce e IST.

Sabe-se que a Educação Sexual deve abordar tais temas citados, porém, não exclusivamente. Afirmam também que ao se desenvolver trabalhos de Educação Sexual deve-se criar um ambiente favorável, envolvendo tanto a formação pessoal quanto científica dos participantes, procurando adotar um método pedagógico democrático, limitando-se o educador sexual a indicar os objetivos e as modalidades do trabalho.

Dessa forma, sem colocar em pauta seus valores e crenças e apresentando segurança no tratamento dos assuntos existentes ao redor da Educação Sexual, poderão os docentes se tornar aptos a educar crianças, adolescentes e professores em formação continuada para tentar originar gerações mais conscientes de seus importantes papéis na sociedade.

Sabe-se que a nossa sociedade, atualmente, com todas as modernas tecnologias educacionais, solicita a presença de professores que busquem maior número de informações e que sejam cada vez mais capacitados, em virtude de seus discentes estarem se transformando em seres humanos com mais acessibilidade às informações. Visa-se, desta forma, à construção de uma sociedade mais justa e mais digna sem a presença em seu cerne de preconceitos preestabelecidos.

Ainda em relação à postura pedagógica e conduta metodológica dos atuais professores temos nas observações de Gadotti (2007) que:

Espera-se do professor do século 21 que tenha paixão ao ensinar, que esteja aberto para sempre aprender, aberto ao novo, que tenha domínio técnico-pedagógico, que saiba contar histórias, isto é, que construa narrativas sedutoras para os seus alunos. Espera-se que saiba pesquisar, que saiba gerenciar uma sala de aula, significar a aprendizagem dele e de seus alunos. Espera-se que saiba mediar conflitos, que saiba trabalhar em equipe, que seja solidário. Espera-se, sobretudo, que seja ético. [...] O aluno aprende quando o professor aprende e pesquisa. Bom professor é o que enxerga longe, porque os alunos vão enxergar até onde o professor enxerga. (Gadotti, 2007, p.12)

Espera-se por isso que o desenvolvimento de atividades em Educação Sexual na Unidade Escolar junto aos alunos/as possa servir, se possível, para aumentar os conhecimentos conceituais dos professores, mostrar-lhe novos rumos metodológicos, beneficiar a formação dos alunos/as e, também, colaborar para a formação contínua dos/as professores/as.

Na análise e observação dos resultados expostos por Azevedo, Vasconcelos e Bertholdo (2011) em seus trabalhos de pesquisa realizados na região de Itabuna-BA, intitulado “Gênero, Sexualidade e Afetividade: relato de uma experiência de formação continuada envolvendo professores da Educação Básica”, as pesquisadoras deixaram claro que os objetivos desta intervenção pedagógica junto aos professores foram de contribuir para que os docentes em suas atividades pedagógicas viessem a promover uma Educação Sexual não sexista, gerando reflexões sobre vertentes como: vulnerabilidade, sexualidade e gravidez na adolescência, promovendo a escola como um local de discussão das vivências de cada pessoa e do desenvolvimento do verdadeiro potencial individual. Essa ação pedagógica

envolveu 120 professores de um total de 39 escolas públicas situadas em Itabuna e outros municípios vizinhos em curso de capacitação envolvendo três etapas, ou seja, qualificação do corpo docente através de um curso de 40 horas; geração de material de cunho didático e acompanhamento das ações realizadas pelos professores. A equipe responsável pelo desenvolvimento desse projeto realizou cinco reuniões durante o ano de 2011, procurando envolver-se de forma integral com o projeto.

Após a realização deste projeto de formação dos professores, os resultados apontaram que esse fora considerado positivo, pois permitiu a existência de ações que possibilitaram o preenchimento de lacunas presentes nos cursos de formação continuada oferecidos pelo Município ou Estado, quando, normalmente, tais assuntos não são inseridos e analisados.

Após a finalização do projeto foi gerada uma parceria direta entre a Secretaria Municipal de Educação e a entidade denominada GAPA - Itabuna para que a Instituição permanecesse seguindo as ações nas Unidades Escolares. Outros pontos positivos também foram citados, tais como: mudança por parte dos professores em seus conceitos preestabelecidos e aparecimento de uma diferente forma de abordagem dos temas trabalhados. Além disso, os docentes ficaram mais confiantes e seguros para análise, estudo e desenvolvimento dos temas: gênero, sexualidade e afetividade em sala de aula. E, também, a equipe responsável pelo desenvolvimento do projeto notou, claramente, uma mudança de postura em relação aos temas propostos, o que evidenciou uma alteração de conceitos, principalmente em relação à diversidade sexual, assunto esse que, segundo os docentes, jamais tinham tido a oportunidade de análise e reflexão.

Os resultados foram, portanto, considerados satisfatórios, o que veio a criar um ambiente favorável para a realização de outros projetos direcionados tanto para estudantes de um modo geral como também para educadores.

Em comentários favoráveis à inserção da Educação Sexual na Unidade Escolar, observa-se nos dizeres de Maia e Ribeiro (2011) que esta atividade pedagógica pode ser utilizada para divulgar conhecimentos e ser usada para se organizar um espaço onde aconteceriam questionamentos e reflexões sobre a sexualidade, esclarecendo sobre os mecanismos que são usados para reprimir a Sexualidade Humana e afirmar que essa característica humana apresenta em seu desenvolvimento aspectos histórico-sociais. Esta ação educativa favoreceria, também, o desenvolvimento das relações interpessoais e construção de valores próprios, tendo como ponto de partida pensamentos críticos, buscando compreender melhor suas atitudes e desenvolver decisões coerentes em relação à sua vida sexual. Os pesquisadores consideram como válido o surgimento de atitudes críticas, pois permitem o aparecimento de procedimentos preventivos e favoráveis sobre a Sexualidade Humana.

E no que se refere a essa visão positiva a respeito da Sexualidade Humana Figueiró (2009) confirma que a Educação Sexual:

[...] tem a ver com o direito de toda pessoa de receber informação sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual e, também, com direito de ter várias oportunidades para expressar sentimentos, rever seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores sobretudo que é ligado ao sexo. No entanto, ensinar sobre sexualidade no espaço da escola não se limita a colocar em prática estratégias de ensino. Envolve ensinar, através da atitude do educador, que a sexualidade faz parte de cada um de nós e pode ser vivida com alegria, liberdade e responsabilidade. Educar sexualmente é, também, possibilitar ao indivíduo o direito a vivenciar o prazer. (Figueiró, 2009, p.15).

Na ação pedagógica realizada por Souza, Munari, Souza, Esperidião e Medeiros, (2010) envolvendo 18 educadores (Diretor, Coordenadores e Professores) de Educação Básica na maior escola pública da região leste de Goiânia-GO, a qual apresentou condições adequadas quanto aos aspectos estruturais, funcionais, interesse e disposição para realização desta ação pedagógica, relata-se que a mesma objetivou qualificar professores quando da análise e estudo do tema: “Sexualidade Humana, encarado como tema transversal nos PCN” (1998) e presente no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar. Além do estudo e implementação de conteúdos e estratégias vinculados ao assunto, procurou-se uma melhor qualificação dos docentes dessa Unidade Escolar. Oito encontros foram realizados entre os meses de março de 2006 e abril de 2007 e três momentos pedagógicos foram vivenciados: no primeiro realizou-se um levantamento prévio dos conhecimentos acerca do tema, as necessidades dos docentes e as prováveis estratégias metodológicas a serem desenvolvidas.

Na segunda etapa ocorreu o desenvolvimento dos posteriores encontros e na terceira e última etapa objetivou-se o compartilhamento, devolução e socialização dos resultados conseguidos, o que proporcionou a elaboração coletiva dos caminhos para que ocorra a inclusão do assunto “sexualidade” no PPP da Unidade Escolar pesquisada. Assim, os dados e resultados obtidos por Souza et al. (2010) apontam que possuindo formação superior em suas áreas específicas os educadores se confrontam com dilemas e dúvidas dos alunos e não conseguem auxiliá-los por falta de habilidade, conhecimento e limitações em lidar com o tema. Justificam tal situação pelo fato de a temática da sexualidade ser um assunto não simples de ser analisado em virtude da grande diversidade de opiniões e valores envolvendo aspectos morais, culturais, religiosos e sociais.

Destaca-se também que a interação entre os participantes da pesquisa de Souza et al. (2010) levou a um entendimento do termo “sexualidade” em suas três dimensões: biológica, social e cultural. Esse evento foi declarado fundamental para a total compreensão dos

diversos fatores que atuam e condicionam o entendimento desse como ação humana e pluridimensional. Tais estudiosos finalizam suas observações mostrando os caminhos que aconteceram para que práticas metodológicas fossem identificadas e que pudessem sensibilizar os professores para a necessidade da inclusão de conteúdos sobre Educação Sexual na grade curricular do Projeto Político-Pedagógico. Relataram que utilizaram um texto didático que proporcionou análise sobre o modelo tradicional de saúde escolar tendo como base a integração entre os sistemas educacional e de saúde.

Afirmam também que os momentos proporcionados pelo curso foram de grande interação e socialização entre os participantes, pois, anteriormente, jamais tinham tido um momento para dialogar, aprender e conhecer o tema. A maioria dos docentes ficou motivada, porém, preocupados, pois esperavam que ocorresse a possibilidade de ter continuidade nas ações iniciadas. E elaboraram propostas de educação permanente que levassem à qualificação profissional e pessoal dos docentes, considerando-se que a solidificação desta atividade pedagógica facilita e concorre para que o processo de ensino-aprendizagem presente no ambiente escolar ocorra com maior facilidade e significado. Dessa forma, esta atividade foi primordial, pois o grupo, à medida que ia tomando consciência de suas ações pedagógicas do dia a dia, já percebeu as necessárias ações a serem realizadas em sua atual realidade escolar.

E ao se proceder a síntese das pesquisas analisadas sobre a presença ou não de programas e atividades de Educação Sexual inseridos no Plano Político-Pedagógico das Unidades Escolares pesquisadas, verificou-se o seguinte quadro final: dos seis trabalhos pesquisados apenas nos dizeres de Rufino et al. (2013) nota-se que a Educação Sexual está inserida entre 7 das 29 unidades descritas, o que representa 25% das Unidades Escolares pesquisadas pelos autores. Já para as outras cinco pesquisas: Mattos et al. (2008); Beraldo (2003); Azevedo et al. (2011); Souza et al. (2010) e Quaglia et al. (2013), apesar de deixarem clara a importância de se estudar assuntos referentes à Sexualidade Humana e a inserção de

programas de Educação Sexual nos Projetos Político-Pedagógicos, não evidenciam clara e numericamente quantas escolas aderiram a esse procedimento pedagógico. Evidencia-se, desta forma, que muito ainda tem que ser feito para que a Educação Sexual possa atingir os objetivos propostos pelos PCN e pesquisadores vinculados ao assunto.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

3.1 Histórico e caracterização da Unidade Escolar

Nos anos noventa ainda havia a necessidade de uma escola na região Noroeste da cidade de Bauru, pois a mais próxima entidade educacional distava, aproximadamente, dois quilômetros, fazendo com que as crianças pequenas se deslocassem, muitas vezes, desacompanhadas de seus responsáveis e em condições precárias. Por reivindicação de sua Associação de Moradores, o bairro Núcleo Habitacional Fortunato Rocha Lima conseguiu que algumas classes funcionassem em salas de aulas improvisadas nas casas em frente à praça central. Formaram-se, então, cinco salas das séries iniciais em dois períodos: manhã e tarde.

Em agosto de 1997 as salas de aula foram remanejadas para o prédio do atual Projeto Girassol – antiga Casa da Sopa (entidade mantida por associações filantrópicas), onde os alunos puderam acomodar-se melhor, convivendo, porém, com a construção e ampliação do prédio que estava sendo realizada pelos reeducandos do Instituto Penal Agrícola (IPA), que se encontra bem próximo à escola.

A escola ocupava sete salas do prédio, sendo o restante direcionado às atividades do Projeto Girassol, ou seja: cursos para gestantes, reforço escolar, distribuição de sopa para a comunidade, bem como as demais atividades de cunho assistencialista, ocorrendo sempre as mesmas a partir das 15 horas.

Após a devida construção do prédio e atendimento de todas as disposições legais, a Unidade Escolar foi inaugurada em 21 de junho de 2000 e no ano de 2004 o prédio passou por reformas e ampliação, e, atualmente, tem capacidade para atender, aproximadamente, trezentos alunos por período, gerando assim o atendimento de seiscentos discentes.

Conta com uma estrutura de dez salas de aula, além de espaços adaptados para funcionamento de: sala de audiovisual, sala de leitura, laboratório de informática, quadra poliesportiva e sala de recursos – para dar suporte aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental está localizada no Núcleo Habitacional Fortunato Rocha Lima, bairro periférico, distante cerca de sete quilômetros do centro da cidade de Bauru, mais especificamente, situado na região Noroeste. Esta região possui problemas de ordem social relacionados ao consumo e tráfico de drogas, violência doméstica, abandono de menores, uso de álcool e outras drogas durante as gestações, bem como violência sexual infantil. De modo geral, os moradores constituem-se em famílias menos favorecidas socialmente, possuindo também carência material e cultural, com baixo índice de escolaridade, vindas de diversas regiões da própria cidade de Bauru ou migradas de outras cidades ou estados brasileiros. Residem em habitações com pouco, ou, às vezes, nenhum conforto, inacabadas, na estrutura de alvenaria ou barracos de madeira.

A estrutura urbana oferece à grande maioria das casas: água encanada, energia elétrica, esgoto, iluminação pública e, mais recentemente, ruas asfaltadas. O comércio no bairro encontra-se reduzido à presença de bares, pontos de reciclagem de materiais e um minimercado e padaria, tendo sido ampliado na última década, em virtude, principalmente, do aumento de poder aquisitivo adquirido, em sua grande maioria através da inserção de programas de cunho assistencialista por parte do Governo Federal, ou seja, a implementação do Programa Bolsa Família.

Uma parcela dos moradores sobrevive com a renda obtida através da coleta de objetos recicláveis (plástico, papéis, vidros, alumínio etc.) ocorrida em ruas próximas e centrais do município. Outros trabalham com prestação de serviços, sendo pedreiros, serventes, motoristas, vigias, empregadas domésticas, diaristas, cozinheiras e ajudantes de cozinha,

entre outros. Há ainda os que sobrevivem a partir dos benefícios oriundos do Governo Federal.

Recentemente, a população local passou a contar com atendimento médico do Posto de Saúde do bairro vizinho, Nove de Julho, recebendo atendimento médico e odontológico e, quando há necessidade, os moradores são encaminhados ao Posto de Saúde Central ou Hospitais Públicos.

A comunidade é servida com uma linha de ônibus regular, havendo outras linhas servindo a região próxima à escola. O atendimento escolar no Ensino Fundamental ciclo I e Educação Infantil, no momento, é satisfatório, ocorrendo através da Unidade Escolar acima citada e, também, por Escola de Educação Infantil Municipal e creches filantrópicas. Entretanto, faz-se necessário destacar que houve um aumento acentuado de procura por vagas dada a implementação do projeto de moradia “Minha casa, minha vida”, o qual trouxe a entrega e inauguração de um condomínio que envolve o atendimento, em média, de duzentas famílias, as quais foram deslocadas de outras comunidades vulneráveis da região de Bauru.

A Escola em questão atende hoje, aproximadamente, seiscentos alunos – faixa etária de 05 a 10 anos – nas séries iniciais de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental – ciclo I. Uma parcela expressiva dos discentes são filhos de lares constituídos por famílias simples, que lutam com muita dificuldade para proporcionar-lhes condições adequadas de moradia, consumo e convívio. Entretanto, existe uma gama de discentes que é privada de cuidados elementares, aprendendo muito cedo a administrar suas próprias vidas. Nesse contexto, a Equipe Escolar – Direção, Coordenação, Docentes e Equipe de Apoio – dedica-se à tarefa diária de proporcionar-lhes, se possível, uma melhor condição de educação e convívio social.

A Escola foi construída em um prédio de alvenaria, inaugurada em 21 de junho de 2000, portanto, com aproximadamente 18 anos de funcionamento e teve sua ampliação educacional a partir de 09 de setembro de 2004. Atualmente, conta com um patrimônio

educativo suficiente para o seu funcionamento diário, havendo salas de aula e banheiros adaptados para crianças portadoras de deficiência, locais corretos de armazenamento de material pedagógico e, também, o apoio da merenda todos os dias, possuindo assim os discentes o direito a se servir novamente, caso tenham vontade. Nota-se que apesar de estar localizada em um bairro com altos índices de violência e considerado um dos mais perigosos do município, a Unidade Escolar está em constante processo de manutenção.

Oferecendo Ensino Fundamental – ciclo I de nove anos, a Unidade Escolar desenvolve sua ação pedagógica apenas do 1º ao 5º ano, contando a Escola com trinta e duas professoras efetivas, uma diretora, uma vice-diretora, duas coordenadoras, além da equipe de apoio formada por cinco auxiliares de limpeza, duas cuidadoras para os alunos com deficiência, duas secretárias e quatro merendeiras.

3.2 Procedimentos

3.2.1 Contato com a escola, solicitação de autorização e apresentação da proposta

O acesso à escola para a implementação do programa de Educação Sexual foi facilitado pelo fato de a pesquisadora ser docente na mesma unidade. É de prática comum nas escolas municipais da cidade de Bauru que os docentes participem ativamente das escolhas de quais projetos serão ou não desenvolvidos ao longo do ano letivo. Essa avaliação dos projetos que serão implementados na Unidade Escolar ocorre todo início de ano letivo no planejamento escolar que está especificado no calendário acadêmico.

Após a aprovação dos gestores da escola e também dos docentes, elaborou-se uma solicitação formal contendo uma cópia do projeto de pesquisa que foi encaminhada à

secretaria Municipal de Educação da cidade de Bauru para autorização legal. Essa autorização para a efetuação da pesquisa é apresentada no Anexo A.

O programa de ação pedagógica de Educação Sexual inserido no Projeto Político-Pedagógico (PPP) desta Unidade Escolar teve como realização várias frentes de ações, tais como: formação continuada de professores em Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), sendo complementado através de atividades, como palestra com os pais e comunidade local e ação direta com alunos pelo desenvolvimento de atividades didáticas específicas e, também, de cunho transversal. Entretanto, a pesquisa abaixo descrita envolverá a análise tão somente das atividades ocorridas junto aos docentes e a equipe de gestão escolar.

No dia 03 de fevereiro de 2016, nas dependências da Escola, estiveram reunidos, além da pesquisadora do presente estudo, responsável pela elaboração e desenvolvimento do Programa de Educação Sexual “Eu e o mundo: Conhecendo e respeitando a diversidade”, a gestora da Unidade Escolar, sua Vice-Diretora, Coordenadoras pedagógicas e as professoras do Ensino Fundamental I, as quais estavam participando do planejamento escolar que ocorre todo início de ano letivo.

No decorrer do planejamento foi apresentado o Programa de Educação Sexual conforme citado, explicando-se à equipe escolar como esse seria realizado, sendo que o grupo gestor demonstrou interesse pelo referido programa e, então, foi iniciado seu desenvolvimento. Nesse mesmo encontro foi relatado aos professores que as mesmas atividades pedagógicas sobre o assunto seriam também oferecidas em Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC). Informamos também que aos pais seria ofertado um encontro para explorar os objetivos do programa, juntamente com quais assuntos seriam analisados e abordados e quais materiais didáticos seriam utilizados para que não houvesse problemas em relação a informações científicas e à cultura familiar presente na vida do alunado.

O Programa consta no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar, sendo realizado de forma transversal e interdisciplinar, abrangendo, desta forma, do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental I, percorrendo as disciplinas de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Inglês, Arte e Educação Física.

O conteúdo de Educação Sexual trabalhado em cada disciplina pode ser vinculado aos conteúdos programáticos já estabelecidos no Currículo Comum do Município de Bauru (2016) e formalizados pelos professores e seus pares no planejamento realizado no início do ano letivo.

3.2.2 A apresentação da proposta e formação do grupo de participantes

Para introduzir o Programa de Educação Sexual junto aos professores, a equipe gestora cedeu um espaço durante o planejamento anual para que pudesse acontecer uma explicação inicial de como ocorreria o seu desenvolvimento.

Informou-se aos professores que as atividades de formação continuada em Educação Sexual seriam realizadas pela professora pesquisadora, autora do presente estudo, em horário de Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC). Salienta-se que esses encontros de ATPC ocorrem de forma semanal, após o período de aula normal e visam prover uma maior interação entre os membros formadores do Corpo Docente e Gestão Escolar. Estendem-se por duas horas, sendo que servem como ponto de apoio e momento oportuno para que ocorram discussões a respeito do desenvolvimento, envolvendo, de modo geral: o ensino e aprendizagem referente aos alunos, trocas de informações técnicas e administrativas e, também, informações, normas e leis originadas da Secretaria Municipal de Educação de Bauru.

Para o desenvolvimento da formação continuada proposta foram cedidos quatro encontros de ATPC durante o ano letivo com o uso de uma hora, pois seria necessário que o período restante fosse utilizado para questões administrativas e organizacionais da própria Unidade Escolar.

Para explicar melhor os objetivos e os conteúdos abordados durante a formação, tornou-se necessário sensibilizar o Corpo Docente e a Equipe de Gestão da importância de se desenvolver tal assunto na Unidade Escolar, principalmente em uma comunidade tão carente de atividades que envolvam os direitos humanos.

Foram lembrados os casos corriqueiros de violações de direitos que ocorrem em relação às crianças, principalmente no que se refere à violência sexual. Também, a importância de se respeitar as relações de gênero, pois a sociedade brasileira vê com muito tabu e preconceito os chamados “gêneros diferentes” dos padrões sociais e o preconceito pode gerar situações de discriminação e violência. O respeito deve existir desde a mais tenra idade e deve ocorrer com convivência pacífica entre as pessoas, não podendo e não devendo ocorrer situações constrangedoras e que possam afetar o bom desenvolvimento das atividades pedagógicas, tanto em seus aspectos de ensino quanto no aspecto de aprendizagem.

Alertou-se sobre a homofobia presente, tanto no ambiente familiar quanto em círculos de convívio social e, também, nos intramuros escolares. Salientou-se que o estudo e a análise do tema devem ser feitos de forma clara, respeitando-se as diferenças individuais, culturais, étnicas, religiosas, entre outras. O esclarecimento foi minucioso, para deixar claro que as ações do professor não devem ser influenciadas pelas suas próprias convicções e valores. Enfim, a proposta prioriza a articulação entre a Educação Sexual e a análise dos Direitos Humanos e evidencia os possíveis processos discriminatórios, alerta para possíveis casos de violências e abusos sexuais e aspectos educativos de prevenção junto às situações de vulnerabilidade por parte dos/as alunos/as.

Também se explicitou que a intenção da formação era ter uma ação contínua, planejada de modo abrangente, processual e embasada em processos pedagógicos. Por isso, defendeu-se que o Programa planejado deveria ser integrado ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Unidade Escolar, sendo estudado, analisado e desenvolvido não somente pela pesquisadora, mas por todos os componentes da referida escola, visto que a análise e reflexão por parte de toda equipe docente e gestora contribuiria para um processo mais eficaz.

Para contemplar este estudo reflexivo, os materiais utilizados na formação seriam livros, cartilhas, figuras e textos, disponibilizados para que os professores trabalhassem em suas salas de aula o tema com seus/suas alunos/as. Valores familiares, religiosos e morais deveriam ser preservados no individual, pois o espírito laico deveria estar presente em todos os momentos do trabalho a ser realizado. Sabe-se que nem todas as famílias têm interesse e apreciam que seus filhos aprendam o tema proposto por uma atividade de educação sexual.

Desta forma, procurou-se evidenciar à Gestão Escolar e às Docentes que a proposta respeitaria os alunos(as) desta unidade escolar e suas famílias durante todo o desenvolvimento do programa.

E, finalizando, na exposição de objetivos, enfatizou-se que a proposta de um Programa de Educação Sexual deveria ser elaborada e aplicada em todos os níveis de ensino na Unidade Escolar, tornando-se parte integrante do Projeto Político-Pedagógico.

Participaram das ações as professoras e equipe gestora da Unidade Escolar, sendo em média 25 participantes em cada encontro. O grupo foi formado somente por mulheres, todas tendo formação de nível superior, em sua grande maioria formadas em Pedagogia e algumas em Educação Física ou Arte.

Os encontros foram realizados na ATPC da Unidade Escolar e tiveram duração de uma hora. Inicialmente, planejou-se que houvesse um encontro a cada dois meses, totalizando assim quatro encontros ao longo do ano, pois as reuniões de ATPC ocorrem somente às

quintas-feiras e as mesmas também são utilizadas para outros projetos pedagógicos que ocorrem na Unidade Escolar.

3.2.3 A proposta de Formação Continuada de professores em Educação Sexual

Os conteúdos planejados para o Programa foram organizados em módulos, atendendo a objetivos específicos, tais como são descritos no quadro 1 seguinte:

Quadro 1

Organização dos conteúdos desenvolvidos

Primeiro encontro	
Conteúdo	Conceitos Gerais de Sexo e Sexualidade
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Diferenciar o conceito de sexo e sexualidade. • Reconhecer como a sexualidade se faz presente em vários momentos e ações de nossas vidas. • Pontuar de forma breve como a sexualidade foi se modificando ao longo dos séculos, ou seja, o histórico da Sexualidade Humana.
Segundo encontro	
Conteúdo	Legislação vigente: Currículo Escolar, Plano Municipal de Educação e Educação Sexual nas Escolas Municipais de Bauru
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar e discutir os documentos legais e oficiais relacionados à Educação Sexual no município de Bauru. • Relembrar quais eram os objetivos e metas em relação ao tema

	<p>(Orientação Sexual) presentes no Plano Municipal de Educação da cidade de Bauru. Plano este que foi elaborado pelos próprios professores em agosto de 2011 – estando em vigor no período de 2012 até o ano de 2021.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discutir com os participantes se os objetivos e metas contidos no Plano Municipal de Educação de Bauru estão sendo ou já foram contemplados na escola em que atuam. • Refletir sobre a última versão do Currículo Comum Municipal no que se refere à Educação Sexual. • Debater os itens presentes no Currículo Comum Municipal propondo sugestões de atividades, levantamento de dúvidas, críticas ou sugestões quanto à elaboração e conteúdos integrantes.
Terceiro encontro	
Conteúdo	Materiais empregados para se estudar a Sexualidade Humana
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Repertoriar os docentes com o acesso a diferentes atividades didáticas de Educação Sexual, utilizando materiais adequados para as respectivas séries/anos dos discentes. • Apresentar sugestões de materiais que possam ser usados em aulas que envolvam o tema Educação Sexual. • Explicar as diferentes abordagens da Educação Sexual em sala de aula.
Quarto encontro	
Conteúdo	Violência sexual infantil

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Conceituar as formas de violência sexual infantil. • Apontar os principais autores de ações de violência sexual infantil. • Levantar características de mudanças de comportamento das crianças vítimas de violência. • Destacar possíveis ações de prevenção à violência sexual infantil cabíveis à Unidade escolar.
------------------	---

No primeiro encontro foram trabalhados os seguintes conteúdos: conceitos gerais de sexualidade e sexo e também a ação de hormônios sexuais. Fez-se, posteriormente, a análise do conceito acerca da Sexualidade Humana, evidenciando-se de forma clara e precisa que essa característica exclusiva de nossa espécie traz em seu interior não apenas integrantes biológicos, mas evidencia também a ação de fatores psicológicos, socioculturais e econômicos, o que irá objetivar a diversidade de se viver tais elementos de forma individual, permitindo o surgimento de uma sexualidade exclusiva para cada indivíduo.

Assim, além da desigualdade das manifestações cromossômicas e gênicas, também somos diferentes em nossos aspectos de formação psicológica e cultural, pois cada indivíduo expressa de forma peculiar seus sentimentos, emoções, caráter, frutos também da presença diversificada de ações familiares, políticas, culturais e religiosas.

Para que esta análise diferencial pudesse acontecer nesse primeiro encontro, foram utilizados como recursos metodológicos os *slides* expositivos, os quais evidenciavam de forma simples e objetiva os principais conteúdos dos termos analisados, ou seja, diferenças entre sexo e sexualidade humana. Deste modo, a apresentação permitiu que a pesquisadora pudesse esclarecer dúvidas existentes e evidenciar novos conhecimentos para os presentes,

abrindo um espaço importante para as discussões. Houve também a apresentação de vídeos envolvendo o tema.

Para o segundo encontro, denominado “A legislação em Vigor: O currículo comum e o Plano Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Bauru”, os materiais empregados foram os textos do Plano Municipal de Educação de Bauru (2012), os quais foram analisados de forma a se evidenciar os pontos mais importantes e diretamente vinculados à Educação Sexual e sua presença e desenvolvimento nas Unidades Escolares. Ainda, analisou-se o documento referente ao Currículo Comum para o Ensino Fundamental Municipal de Bauru (ano de 2016), o qual se encontra gravado em DVD, disponível também no endereço eletrônico <http://www.bauru.sp.gov.br> e à disposição dos docentes e equipe gestora.

No terceiro encontro, teve-se como foco principal repertoriar os participantes a respeito dos materiais pedagógicos que podem ser utilizados para a abordagem da Educação Sexual. Foram sugeridos aos professores sites educativos com acesso gratuito, como por exemplo, sites que abordam a prevenção de violência infantil, tais como “Pipo e Fifi”; vídeos disponíveis no *YouTube*, tendo como exemplo o denominado “O segredo” (vídeo de animação) e também livros paradidáticos, que abordam vários temas como: nascimento e gestação; prevenção de violência sexual e a descoberta da sexualidade.

Essa atividade teve como objetivo principal sanar as dúvidas e lacunas que ficaram evidenciadas no encontro anterior, pois as professoras e equipe gestora solicitaram que fossem apresentadas sugestões de materiais pedagógicos que abordassem temas relacionados à Educação Sexual. De modo mais resumido, apresentamos essas informações no quadro demonstrativo dos “conteúdos, objetivos e conceitos” trabalhados durante as ações.

Na quarta atividade foi abordada a violência sexual infantil, dando-se ênfase às características dos agressores, tipos de violência, mudanças comportamentais que surgem nos

discentes após a consumação dos atos e possíveis formas de prevenção que podem ser desenvolvidas nas Unidades Escolares.

3.3 Métodos e técnicas de recolha de dados

A pesquisa desenvolvida refere-se a um estudo descritivo denominado “estudo de caso”, realizado a partir das atividades de formação continuada oferecidas aos professores de uma escola do Ensino Fundamental I. Para se registrar os dados observados durante as intervenções formadoras, foi utilizado como ferramenta um “caderno de campo” para o registro das atividades realizadas e as observações da pesquisadora. Esse instrumento consiste em um local no qual se anotam os resultados obtidos durante as intervenções. Neste caderno, foram registradas as manifestações dos participantes em relação aos temas abordados, como: questionamentos para discussões dos temas; sugestões de atividades a serem desenvolvidas e, também, relatos que envolviam o cotidiano da escola.

Para encerrar as intervenções foi aplicado aos professores um questionário contendo perguntas semiestruturadas que visavam identificar pontos positivos, negativos e sugestões a respeito das intervenções efetuadas.

O questionário foi elaborado pela pesquisadora e era composto por duas partes, sendo que na primeira parte foram investigados dados pessoais dos participantes, evidenciando-se os seguintes aspectos: nome, idade, sexo e religião. No segundo momento averiguaram-se seis perguntas, sendo duas de caráter fechado e quatro de caráter aberto, solicitando-se que os docentes manifestassem suas opiniões sobre o que foi indagado e justificassem suas respostas. O quadro a seguir mostra a elaboração do questionário:

Quadro 2

Elaboração do questionário

Questões	Objetivos
1. Sobre as intervenções de formação continuada em Educação Sexual executadas pela pesquisadora, em seu ponto de vista, houve pontos que foram positivos? Sim () Não ()	- Verificar a presença ou ausência de pontos positivos das intervenções realizadas.
2. Se houve, qual?	- Analisar os aspectos positivos da formação indicados pelas professoras participantes.
3. Sobre as intervenções de formação continuada em Educação Sexual executadas pela pesquisadora, em seu ponto de vista houve pontos que foram negativos? Sim () Não ()	- Verificar a presença ou ausência de pontos negativos nas intervenções realizadas.
4. Se houve, qual?	- Analisar os aspectos negativos da formação indicados pelas professoras participantes.
5. Dos temas abordados durante as intervenções existe algum que mais lhe chamou a atenção?	- Elencar quais dos temas abordados foram mais receptivos às professoras.
6. Para futuras intervenções de formação continuada em Educação Sexual, você sugere algum tema?	- Levantar possíveis temas para serem trabalhados em futuras intervenções pedagógicas.

No decorrer do desenvolvimento das intervenções, as manifestações das professoras e da Equipe Gestora eram observadas, registradas e, posteriormente, analisadas, verificando-se os aspectos mais marcantes ocorridos durante as ações. Para que o registro fosse feito de uma maneira mais fidedigna, foi solicitado um observador auxiliar, que permaneceu durante todas as intervenções, registrando os eventos ocorridos durante a formação continuada.

Houve, também, a aplicação do questionário que foi realizado após o desenvolvimento da última atividade, que teve a duração de uma hora. Explicou-se para as participantes que seria aplicado um questionário e que esse seria preenchido de forma voluntária, o que levou ao envolvimento de todas as professoras e Equipe Gestora ali presentes. Informou-se que no decorrer da aplicação do questionário, caso fosse da vontade de alguma participante, poder-se-ia declinar desta ação a qualquer momento.

Foi esclarecido também que no caso de qualquer dúvida em relação às questões, as participantes poderiam indagar a pesquisadora e que qualquer informação contida no questionário seria mantida em sigilo, respeitando o que havia sido informado no “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (presente no Apêndice B) entregue no início da aplicação do referido questionário.

3.4 Tratamento dos resultados

Para a avaliação das intervenções pedagógicas de formação continuada utilizou-se de um questionário, que, na opinião de Parasuraman (1998) citado por Leão (2009), facilita a obtenção de respostas mais precisas, com cunho padronizado, fáceis de serem aplicadas, codificadas e analisadas. Para Richardson (1999), o recurso facilita a obtenção de grande número de informações de várias pessoas, simultaneamente, ou em um tempo relativamente curto.

Para analisar os dados obtidos foram usados como referência o que diz Gomes (2001, p.70) a respeito das categorias de análise: “significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso”. Sendo assim, dividiu-se as categorias da seguinte maneira:

- 1- Pontos positivos evidentes nas intervenções de formação continuada;
- 2- Pontos negativos evidentes nas intervenções de formação continuada;
- 3- Tema abordado que teve o maior destaque;
- 4- Sugestões de temas para serem desenvolvidos em futuras intervenções.

Sendo assim, com as categorias já estabelecidas, temos os seguintes questionamentos:

Na primeira questão, indagou-se se as intervenções efetuadas junto aos docentes trouxeram pontos positivos. Já na segunda pergunta, solicitava-se que caso tivesse havido a presença de pontos positivos, quais teriam sido.

Na terceira questão, objetivou-se saber sobre a presença de pontos negativos que tivessem ocorrido durante o transcorrer das intervenções e se caso fossem apontados, os mesmos seriam relatados na quarta pergunta.

Já na quinta questão procurou-se saber qual o tema que mais chamou a atenção da participante nas intervenções e como sexto e último questionamento solicitou-se informações por parte das professoras e Equipe Gestora sobre quais temas as mesmas gostariam que fossem trabalhados. Nessa questão, objetivou-se conhecer quais ações deveriam ser priorizadas em futuras intervenções pedagógicas a respeito da Educação Sexual.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Inserção do Programa de Educação Sexual no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar

Como fora dito anteriormente, pelo fato de a pesquisadora ser professora da Unidade Escolar a inserção do Programa de Educação Sexual no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar foi facilitada. O Projeto foi apresentado no início do ano letivo de 2016 às professoras e gestoras da Unidade Escolar. A princípio, houve grande interesse pela equipe gestora para a execução desse, visto que a Educação Sexual consta como um dos temas transversais que compõem o Plano Municipal de Educação de Bauru, estando em vigor a partir do ano de 2012 até o ano de 2021.

As professoras, inicialmente, também se demonstraram receptivas à inserção de um Programa que tivesse como tema a Educação Sexual no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar. Durante o decorrer do ano letivo algumas ações foram executadas conforme havia sido previsto no Projeto. Houve algumas ações diretas com os alunos a respeito de temas relacionados com a Sexualidade Humana, podendo-se citar, por exemplo, a confecção de cartazes, expondo-se o direito à igualdade de gênero, tendo como referência o dia 08 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Já com os pais, conforme também previsto no Programa, foram realizadas ações denominadas “Círculos de Pais”, nas quais temas ligados à Educação Sexual foram analisados e discutidos. Dentre eles, pode-se citar: Início da Puberdade; Prevenção do Abuso Sexual Infantil e Como abordar temas ligados à Sexualidade Humana com os filhos.

Notou-se que a Gestão Escolar adotou uma postura incentivadora para a execução do programa na Unidade Escolar, pois sempre que havia necessidade de se realizar alguma ação

pedagógica, descrita no projeto, a mesma atendia e facilitava prontamente o desenvolvimento dessa ação.

Com o encerramento do primeiro ano letivo (2016), em que o programa já estava inserido no PPP, a Gestão Escolar demonstrou interesse pela manutenção e continuidade do mesmo, pois houve a percepção por parte da mesma acerca da importância de programas que envolvam os Direitos Humanos, em particular, a Educação Sexual aqui abordada.

No que tange às professoras, essas foram favoráveis à inserção e manutenção do Programa de Educação Sexual no PPP escolar, avaliando-se assim, de forma bem positiva, as ações realizadas pela pesquisadora com os alunos, comunidade escolar e atividade de formação continuada com as professoras. Porém, percebeu-se que quase nenhuma ação concreta partiu das professoras, pois por serem inseguras em relação ao assunto sempre solicitavam uma mediação da pesquisadora entre a atividade planejada e o corpo discente.

Conclui-se, então, que a inserção do Programa de Educação Sexual no Projeto Político-Pedagógico da Unidade escolar deu-se de forma assertiva, conseguindo atingir os objetivos propostos, entretanto, as atividades efetuadas diretamente com os alunos só ocorreram através da mediação da pesquisadora, demonstrando-se, assim, que as professoras não demonstraram autonomia e iniciativa para a realização, por conta própria, de ações que envolvessem a temática “Educação Sexual”.

4.2 Descrição e análise dos encontros realizados

Primeiro encontro: Conceitos gerais de sexualidade e sexo

Perguntou-se no primeiro momento às professoras o que elas entendiam da palavra “sexualidade” (“O que vem em sua cabeça quando eu digo a palavra sexualidade?”). Foi

notório que algumas permaneceram em silêncio e não emitiram opinião alguma. Presume-se que esse silêncio seja consequência da inibição e timidez que o tema possa gerar. Entretanto, outras docentes fizeram piadas e tentaram vincular o assunto com algo mais pejorativo e informal.

Elas começaram a falar, na sua maioria, termos relacionados ao sexo, ou seja, termos ligados basicamente ao ato sexual, como: transar, fazer amor, pênis, vagina, reprodução, sistema reprodutor, entre outros.

Após o levantamento de suas opiniões e a introdução científica do conceito de sexo, pôde-se perceber que as participantes demonstravam maior interesse, pois até então não tinham refletido sobre a diferença de conceitos relacionados a sexo e sexualidade humana e que a mesma estava ligada a tantas facetas de nossas vidas.

Logo após a devolutiva das participantes, foi apresentado um *slide* contendo termos acerca da sexualidade conhecido como “Biscoito da Sexualidade”, que se encontra no Anexo B, e discorreu-se sobre cada uma das definições e desdobramentos da Sexualidade Humana.

O *slide* aborda a sexualidade humana de forma bem simples, explicando os conceitos de identidade de gênero, expressão de gênero, sexo biológico e orientação sexual. A ilustração mostra a identidade de gênero na perspectiva de como o indivíduo se vê e se considera (mulher, homem ou transgênero). Quanto à expressão de gênero, elucida que há possibilidade de se expressar de forma feminina, masculina ou andrógena, baseando-se nos papéis tradicionais de cada gênero. Pode-se demonstrar o gênero através das formas de agir, vestir, se comportar e interagir. Já sexo biológico, podendo ser fêmea, macho ou intersexual, traz a afirmação sexual pelos órgãos internos e externos, hormônios e cromossomos. A fêmea tem vagina, ovários e cromossomos XX, enquanto que o macho tem pênis, testículos e cromossomos XY. O intersexual abrange características biológicas da fêmea e do macho no mesmo indivíduo. Quanto à orientação sexual, dispõe as mais conhecidas possibilidades,

sendo heterossexual a pessoa que se atrai sexualmente pelo sexo oposto; bissexual a pessoa que se atrai sexualmente por ambos os sexos; e homossexual a pessoa que se atrai sexualmente pelo mesmo sexo. A orientação sexual é estabelecida de acordo com a atração sexual do indivíduo.

Diante da exposição dos *slides* referente ao “Biscoito da Sexualidade”, percebeu-se que as participantes ficaram admiradas perante as informações e sentiram-se sensibilizadas ao poder perceber como a sexualidade humana é algo tão amplo e complexo de ser entendido. Disseram, abertamente, que tais informações, como Identidade de Gênero, Expressão de Gênero, Sexo Biológico e Orientação Sexual jamais foram discutidas e analisadas pelos seus professores em suas graduações e mesmo em suas pós-graduações, principalmente, as que partiram para o campo da Psicopedagogia. Sentiu-se, dessa maneira, que há grandes lacunas na formação das docentes desta Unidade Escolar no que se refere à Sexualidade Humana.

Logo após a visualização dos termos técnicos acima, iniciou-se um breve relato da história da Sexualidade Humana.

Usou-se como fonte metodológica a projeção de *slides*, os quais foram confeccionados pela própria pesquisadora tendo como apoio as aulas da História da Sexualidade, ministradas pelo professor Paulo Rennes Marçal Ribeiro e professora Andreza Marques de Castro Leão no Curso de Pós-Graduação em Educação Sexual. Nesses *slides* são descritas as principais características e peculiaridades do assunto, tais como: Liberdade sexual: greco-romana e atual; repressão sexual na Idade Média e no puritanismo Inglês.

Entende-se ter sido muito importante e proveitosa a intervenção pedagógica na Unidade Escolar ao procurar diferenciar junto às professoras os termos Sexualidade Humana e sexo. Percebe-se que nos dizeres de Figueiró (2006a), inicialmente, torna-se necessário que se tenha clareza sobre o significado dos termos sexo e sexualidade.

Na concepção da pesquisadora, o significado de “sexo está intimamente ligado ao ato sexual e à necessidade biológica de se conseguir prazer sexual, fato esse que todo ser humano, seja com necessidades educacionais especiais, ou não, carrega consigo desde o momento de seu nascimento”. (Figueiró, 2006a, p.2)

Quanto à sexualidade humana, Figueiró (2006a) afirma que esse termo é mais amplo, pois comporta o próprio sexo, o carinho, a afetividade, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo do bem querer, a comunicação, os gestos, o toque e a intimidade. Diz também a referida pesquisadora, agora citando Machado (1996, p.2), que o papel e o valor do sexo devem ser evidenciados, pois o autor define sexo como sendo: “Um modo das pessoas se encontrarem e fazerem deste encontro um momento muito agradável e prazeroso, cheio de atos carinhosos e tornando as pessoas muito íntimas e ligadas entre si.”

E em relação à análise contextualizada dos períodos mais importantes da evolução da civilização ocidental sob a ótica da história da sexualidade humana, percebeu-se que o assunto já era conhecido de forma bem superficial pelo grupo, sendo que algumas docentes possuem uma segunda graduação na área de Humanas, com licenciatura em Geografia e História, tendo já estudado tais assuntos em outras graduações, porém, este estudo não foi vinculado a fatos históricos ocorridos na mesma época, deixando assim os aspectos da Sexualidade Humana desvinculados das características histórico-culturais acontecidas nos momentos anteriores.

Verificou-se que partiram do próprio grupo as comparações das formas de manifestação da atual sexualidade com maneiras e modos de se vivenciar a Sexualidade Humana em épocas anteriores.

Duarte e Christiano (2012) afirmam que a Sexualidade Humana é caracterizada por muitas mudanças que são influenciadas a partir dos diferentes contextos culturais, econômicos, políticos e religiosos. Torna-se necessário conhecer a sexualidade em sua

totalidade histórica e social e buscar entender e compreender a constituição da mesma, dentro de uma determinada sociedade, observando suas raízes e como essa se modificou ao longo do tempo.

São identificadas, atualmente, diferentes perspectivas de análise da Sexualidade Humana, cada qual com maneiras diversas de observar tal fenômeno, sendo envolvido por meio de mudanças complexas, estando em constante fase de construção e abrangendo estruturas sociais, econômicas, religiosas e políticas.

Ao encerrar, algumas professoras demonstraram grande interesse nos temas discutidos, pois apresentavam dificuldades e lacunas para compreender o tema “Sexualidade Humana” além do âmbito biológico e afirmaram que esta contextualização histórico-social acrescentou novos conhecimentos, ampliando, desta maneira, suas visões, tanto sobre o desenvolvimento humano e suas relações com o outro quanto à importância pedagógica de se abordar a Educação Sexual na Unidade Escolar.

E possuindo a mesma visão a respeito do assunto, Souza, Munari, Souza, Esperidião e Medeiros (2010) relatam que quando pesquisaram a qualificação de professores do Ensino Básico para a Educação Sexual, afirmam que uma formação continuada potencializa o método de ação como uma ferramenta para desenvolver a autonomia e o empoderamento dos sujeitos. Sendo assim, a atividade descrita possibilitou aos participantes uma ampliação em seus conceitos de Sexualidade Humana, saindo do comum campo de ação biológica e permitindo-se envolver nos importantes espaços existentes nas relações histórico-sociais, quando se objetiva a formação do sujeito de forma crítica e reflexiva. Já Schindhelm (2011) afirma a respeito da Sexualidade Humana que:

É no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais, dentre elas as sexuais. Já na primeira infância, as crianças começam a formar as suas ideias sobre

sexualidade, a partir do que observam e vivenciam na interação familiar, com seus pares e também com os educadores. (Schindhelm, 2011, p.12).

Após a apresentação dos conteúdos programados, houve o encerramento do primeiro encontro, agradecendo-se a oportunidade de tê-lo realizado, bem como o interesse e atenção das participantes.

Segundo encontro: Legislação vigente: Currículo Escolar, Plano Municipal de Educação e Educação Sexual nas Escolas Municipais de Bauru

Neste segundo encontro explicou-se, de forma clara, qual seria o conteúdo a ser vivenciado, ou seja, a análise e discussão a respeito de: “A legislação em Vigor: O Currículo Comum Municipal e o Plano Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Bauru”.

Iniciou-se o encontro com as professoras e Equipe de Gestão às 18 horas, como previsto. Porém, desta vez as professoras não ficaram sabendo antes do início da atividade qual seria o tema a ser discutido. Usou-se desta estratégia para poder analisar as reações manifestadas pelas mesmas, pois o tema incidiria sobre legislações e normas legais, temas nem sempre bem quistos pelos educadores.

Percebeu-se pelas reações físicas que ficaram desapontadas. Acredita-se que esperavam algo voltado à prática pedagógica e não um estudo e análise sobre legislação e currículo em Educação Sexual. É notório que as professoras não gostem e nem se sentem à vontade quando abordam temas e conteúdos vinculados à Legislação sobre Políticas Públicas Educacionais.

Ao relatar que se iria explanar sobre os documentos municipais referentes à Educação Sexual, notou-se um grande espanto em algumas docentes, o que evidenciou

desconhecimento sobre tais documentos. Vale ressaltar que quando houve a elaboração do Plano Municipal de Educação de Bauru em 2011, no mês de agosto, todos os professores do Município foram convocados a comparecer para sua análise e elaboração, fato esse que ocorreu em uma Faculdade do município de Bauru em horário de trabalho normal, sendo previsto em calendário como “Replanejamento Pedagógico”.

Percebeu-se, também, que muitas não sabiam do que se trata um Plano Municipal de Educação e o seu valor político e educacional, muito embora já tenham tido a oportunidade de participar de sua análise, estudo e elaboração, conforme citações feitas por Maia e Ribeiro (2012, p.13) referentes ao Plano Municipal de Educação de Bauru: “É sob esta perspectiva que a construção do Plano Municipal de Educação ocorreu: envolvendo os profissionais da educação e os diferentes segmentos e setores da sociedade ligados à educação, e os movimentos sociais organizados.”

No Plano Municipal de Educação de Bauru (Bauru, 2012) constam as metas e os objetivos que deverão ser desenvolvidos e contemplados até o ano de 2021, data em que poderão ser feitas as modificações que se acharem necessárias.

Pode-se afirmar que, em consonância com tal importância referida, os documentos legais e as Políticas Públicas Educacionais, de acordo com o MEC (Brasil, 2014) cada indivíduo inserido no ato de elaboração e construção do Plano Municipal de Educação estará colaborando, de maneira decisiva, para o desenvolvimento educacional do seu município, do seu estado e do país. Tais planos, de validade decenal, são constituintes centrais para a solidificação de um país democrático, onde poderão acontecer etapas de inclusão social e garantir-se uma educação baseada em qualidade e universalidade.

Usou-se como estratégia para tal ação pedagógica uma explanação do texto referente à Educação Sexual, que no Plano Municipal (Bauru, 2012) encontra-se descrita como “Orientação Sexual”. A seguir, os textos preparados foram lidos, de forma rápida e

coletivamente, pois o que realmente interessava era a abordagem das metas e objetivos a serem realizados pelo Município de Bauru em relação à Educação Sexual.

Ao se mencionar os objetivos e metas que deveriam ser atingidos, as participantes relataram que não são desenvolvidas ações concretas para a sua realização, pois as professoras acreditam que até o presente momento não existe um real interesse em colocá-los em prática. Miranda (S/D) afirma que apesar das iniciativas existentes nos PCN e no Currículo de São Paulo, a colocação da Educação Sexual no Ensino Básico só poderá acontecer, de forma efetiva, quando estudos sobre a Sexualidade Humana forem, realmente, colocados nas matrizes curriculares.

Em relação ao Currículo Comum Municipal (Bauru, 2016), que foi entregue gravado em CD a todas as docentes no início do ano letivo de 2016, as participantes evidenciaram certo desconhecimento do conteúdo presente no referido documento. Este desconhecimento justificou-se pelo fato de ser um documento longo, possuindo novecentas e vinte páginas e ter sido inserido no Sistema de Ensino Municipal de Bauru, em sua versão atual, no início de 2016.

Salientaram, entretanto, que os conteúdos referentes às disciplinas específicas contempladas na grade curricular são de conhecimento das professoras, pois fazem parte do seu dia a dia. Já os assuntos considerados como temas transversais, dentre eles a Orientação Sexual ou Educação Sexual, ficam situados em uma esfera inferior de importância. Conforme vemos em Paraná (2010), as Diretrizes Curriculares das disciplinas de Matemática, Ciências e Língua Portuguesa ao serem abordadas nas unidades escolares não geram espantos, pois se referem a conhecimentos científicos tradicionais do Currículo Comum e que se encontram já perpetuados pelos processos de naturalização dos saberes. Contudo, as diretrizes e normas para os temas ligados à Sexualidade Humana, ou seja, gêneros e diversidade sexual, ao serem tratados e analisados nas Unidades Escolares podem originar certo mal-estar e desconforto

social. Entende-se, porém, que é necessário e indispensável que a escola venha trabalhar com essas questões porque as mesmas já se encontram presentes no interior do espaço escolar e devem ser tratadas e discutidas sem tabus e preconceitos.

O Currículo Comum Municipal de Bauru (2016) contém em seu total 920 páginas, sendo que a Educação Sexual recebeu a denominação de “Sexualidade e Questões de Gênero”, abrangendo um total de vinte páginas, destacando-se a relevância de se inserir a Educação Sexual como conteúdo educativo, pois a mesma está vinculada aos cuidados à saúde, obtenção de conhecimento científico e acesso às informações.

A explicação teórica dos conceitos de Sexualidade Humana e de Gênero contida no Currículo Comum agradou as participantes, porém, elas relataram a ausência de exemplos de materiais didáticos que poderiam ser usados no desenvolvimento dos conteúdos/atividades apresentados no referido documento, além de uma divisão ou sugestão mais específica sobre quais atividades pedagógicas seriam adequadas para serem aplicadas nas respectivas faixas etárias.

Relatam, também, que quase não há atividades, palestras, discussões coletivas ou cursos que abordem o tema Educação Sexual e Sexualidade Humana oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e que quando surge o assunto ou manifestação concreta vinculada à Sexualidade em sala de aula, sentem-se inseguras e despreparadas diante da situação.

Miranda (S/D) sustenta que a presença da Educação Sexual no Currículo do Estado de São Paulo tem como vantagens os seguintes elementos: o caráter obrigatório em se desenvolver o assunto, pois o mesmo é encarado como componente fundamental do currículo; presença de materiais distribuídos aos discentes e docentes; ser um elemento existente nas avaliações oficiais da Secretaria Estadual Paulista, constando em exames como o SARESP.

Contudo, o que mais chamou a atenção foi o fato de as professoras apontarem para a necessidade de existir na escola um material pedagógico adequado, seja ele didático ou paradidático, situação essa que não ocorre no presente momento. Para o bom desenvolvimento da Educação Sexual em sala de aula é necessário o apoio desse tipo de material.

Sendo assim, as participantes solicitaram como tema para estudo, análise e discussão do terceiro encontro uma explanação sobre os materiais pedagógicos referentes à Educação Sexual.

Por fim, refletiu-se sobre os objetivos e metas, questionando-se se estão sendo desenvolvidos e como a Secretaria Municipal de Educação vem agindo e atuando em relação ao assunto então abordado.

Terceiro encontro: Recursos pedagógicos sugeridos para o trabalho de educação sexual junto aos/às alunos/as

Iniciou-se o terceiro encontro relembrando o conceito de Sexualidade Humana e Educação Sexual. Recordou-se que a Educação Sexual aplicada no Ensino Fundamental I deve ser adequada à idade do aluno, ou seja, primeiros, segundos e terceiros anos, e que se sugere trabalhar com conceitos de papéis sociais, gênero, prevenção à violência sexual e noções de público e privado do próprio corpo.

Já para os quartos e quintos anos, além dos conteúdos acima citados, podem ser analisadas e discutidas questões mais específicas que envolvam namoro, relações sexuais, masturbação, gravidez, IST, Anatomia e Fisiologia dos Sistemas Reprodutores Humanos e métodos anticoncepcionais, pois são considerados temas mais complexos e que necessitam de um amadurecimento intelectual prévio por parte dos discentes.

Em tais anos, a abordagem desses temas torna-se mais real, pois se sabe que os alunos começam a se interessar mais intensamente pela Sexualidade Humana a partir do início da puberdade.

Por isso, enfatizou-se que os materiais devem ser adequados à realidade cronológica dos alunos. Pensando nisso, foram levados às participantes deste terceiro encontro materiais específicos de cada ano e sua correspondente idade escolar.

Após esta introdução, foram projetadas algumas sugestões de atividades, mostrando-se que com o auxílio da Internet pode-se trabalhar questões referentes à violência sexual e noções de público e privado do corpo humano, através de sites educativos como: “Pipo e Fifi: Prevenção de Abuso Sexual Infantil” e também com vídeos disponíveis no *YouTube* como, por exemplo, o vídeo de animação denominado: “O Segredo”.

Em seguida, demonstrou-se que atividades de Educação Sexual também podem ser contempladas com o uso de livros paradidáticos de fácil acesso e baixo custo de aquisição. Tais livros abordam vários temas como: prevenção de violência sexual; gravidez; dúvidas referentes à puberdade; divórcio; pluralidade familiar; gestação e nascimento de bebês e questões de relações de gênero, sendo todos os livros adequados para uma leitura escolar no Ensino Fundamental I (crianças cuja faixa etária varia de 5 a 10/11 anos de idade).

A pesquisadora salientou que todo material pedagógico demonstrado para as participantes pertence à mesma, sendo adquiridos por iniciativa própria e que nenhum dos materiais foi oferecido por algum órgão público, quer seja municipal ou estadual ou mesmo de caráter particular.

Durante a realização deste terceiro encontro, constatou-se que as participantes apreciaram de forma positiva o tema, visto que o mesmo foi sugerido por elas no encontro anterior, tendo uma repercussão positiva.

Os materiais usados para demonstrar e sugerir atividades de Educação Sexual não eram conhecidos pelas participantes, havendo grande interesse no manuseio e na forma de aplicação didática destes.

Nas afirmações de Bardi e Campos (2004):

Os materiais didáticos são importantes e que seu uso auxilia o processo de aprendizagem, mas para isso, é preciso que o professor estabeleça um objetivo, procure aproveitar a maioria das possibilidades didáticas e esteja atento às limitações que o material pode apresentar. (Bardi & Campos, 2004, p.900).

Nogueira, Zocca, Muzzetti e Ribeiro (2016) relatam, de forma clara, em seu artigo denominado “Educação Sexual no contexto escolar: As estratégias utilizadas em sala de aula pelos educadores”, que:

Os materiais de apoio são importantes instrumentos e sua utilização contribui no processo de ensino e aprendizagem, mas é necessário que o professor estabeleça um propósito, procure aproveitar as possibilidades didáticas e esteja vigilante às demarcações que o material apresenta, na medida em que o material didático atenda a aprendizagem na qual o aluno possa questionar/refletir, debater/dialogar/levantar hipóteses, experimentar, investigar, buscar respostas e não apenas absorver informações prontas e acabadas. (Nogueira, Zocca, Muzzetti, & Ribeiro, 2016, p.321).

No decorrer da atividade percebeu-se também que a diversidade metodológica que o tema possibilita gerou uma reação positiva junto às participantes, pois notaram que há

oportunidade de se abordar vários temas pertencentes à Educação Sexual de forma bem diversificada. Foi mostrado como exemplos de metodologia: a utilização de jogos; vídeos educativos; livros paradidáticos; atividades que podem ser impressas e aplicadas em sala de aula; além de modelos anatômicos dos órgãos do sistema reprodutor masculino e feminino.

Vitiello (1994) citado por Nogueira et al. (2016, p.321) afirma que as aulas de Educação Sexual teriam como ideal “serem desenvolvidas utilizando-se metodologias participativas e dialógicas, tendo como base uma realidade sociocultural, sendo aplicadas com criatividade e de forma lúdica.”

Moreira e Folmer (2011) destacam em seu trabalho de Educação Sexual a importância de se criar e usar material didático para trabalhar em sala de aula a Sexualidade Humana. Afirmam, como resultado de suas atividades, que o uso de uma cartilha como recurso didático facilitou a compreensão do conteúdo, permitindo-se assim que os alunos ficassem mais à vontade para dialogar. Os pesquisadores corroboram ainda que: “A criação de novas metodologias para o ensino da sexualidade apresenta-se como ferramenta necessária para enfrentar dificuldades que surgem ao abordar essa temática em sala de aula.” (p.156).

É relatado também que a elaboração de novos caminhos e metodologias para o ensino de temas ligados à Sexualidade Humana desponta como ferramenta indispensável para se trabalhar os entraves e dificuldades que aparecem quando se pensa em abordar esse assunto em sala de aula. Percebe-se, assim, nas palavras dos autores, que as novas metodologias podem servir para criar ruptura de preconceitos e de tabus no tratamento do assunto.

As docentes questionaram junto à Gestão Escolar o fato de tais materiais não serem adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação, sugerindo, assim, a obtenção desses.

Concluíram que após terem conhecido os materiais, estão mais tranquilas e seguras para desenvolverem a Educação Sexual em suas atividades pedagógicas, pois se sentem mais repertoriadas, tanto teórica quanto metodologicamente.

Maia e Ribeiro (2011) argumentam que para levar a momentos de reflexão sobre a Sexualidade Humana e facilitar seu ensino integrado e contextualizado é necessário o uso de diversas formas pedagógicas de ensino e aprendizagem, não se limitando apenas à sala de aula e seus materiais didáticos. Deve-se utilizar, também, os relatos e diálogos dos professores, os livros didáticos, *slides* e filmes que podem ser empregados como estratégias e métodos e que contribuirão para facilitar e auxiliar no processo de transmissão de conhecimentos.

Concluindo, a partir dos resultados desta atividade, na qual metodologias foram discutidas para o melhor desenvolvimento do ensino-aprendizagem, aguarda-se que as professoras partam à procura de novas informações e metodologias e que se transformem em profissionais cada vez mais capacitadas e, conseqüentemente, venham a formar discentes mais empáticos, críticos e reflexivos.

Quarto encontro: Prevenção à Violência sexual infantil

Iniciou-se a quarta formação continuada para os docentes e a Equipe Gestora abordando-se o conceito de violência sexual infantil. Neves et al. (2010), em seu artigo “Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares”, dizem que de acordo com a OMS (1999) a violência sexual na qual a vítima é uma criança ou adolescente pode ser denominada de abuso sexual infantil.

De acordo com Neves et al. (2010) referindo-se a WHO (1999, p.7):

Abuso sexual infantil é o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ele ou ela não compreende completamente, é incapaz de consentir, ou para o qual, em função

de seu desenvolvimento, a criança não está preparada e não pode consentir, ou que viole as leis e tabus da sociedade. (p.10).

Sabe-se que a violência sexual infantil pressupõe uma relação de poder entre o abusador e o abusado, sendo ela envolta em segredos, medos e em uma falsa confiança. Neves et al. (2010) relatam ainda que a violência sexual pode ser classificada em intrafamiliar ou extrafamiliar.

Já as pesquisadoras Spaziani e Maia (2015) citam em seu artigo “Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras” que:

A violência infantil é definida como os atos ou jogos sexuais em que uma criança é submetida a participar por alguém que possui desenvolvimento psicosssexual mais adiantado do que o seu, utilizando-se de uma relação de poder para satisfazer seus próprios desejos em detrimento ao bem-estar da criança vitimizada. (Spaziani & Maia, p.1).

Os pesquisadores Viodres, Inoue e Ristum (2008), referidos por Neves et al. (2010), afirmam que a violência sexual extrafamiliar pode ser nomeada como sendo qualquer forma de atividade sexual entre uma pessoa não membro da família e a criança, sendo o vitimizador um conhecido ou desconhecido da criança/família. Já o intrafamiliar é chamado, também, de incesto, podendo ocorrer cinco modos de relações incestuosas, ou seja: pai-filha; pai-filho; mãe-filha; mãe-filho e irmão-irmã. A autora alerta em seus comentários que o abuso sexual cometido por: avós, tios, primos, madrastas e padrastos também podem ser caracterizados como uma relação incestuosa.

Alguns participantes da quarta atividade questionaram o limite legal que se estabelece e caracteriza a violência sexual infantil. Informou-se que do ponto de vista jurídico esse ato caracteriza-se até os 14 anos de idade, conforme apontam Neves et al. (2010) ao citarem Jesus e Malacre (2006), que trazem: “O envolvimento de uma criança menor de 14 anos em atos sexuais, com ou sem contato físico, ao qual não pode livremente consentir, em razão da idade e da natureza do abusador, ocorrendo com ou sem violência física e/ou psicológica.” (Jesus e Malacre, 2006, citados por Neves et al., 2010, p.15).

Após a introdução do conceito de violência sexual, seriam abordados os índices de violência sexual infantil registrados na cidade de Bauru nos últimos anos, quando a formação foi interrompida e uma docente iniciou um relato de forma bem emocionada, discorrendo sobre um caso de caráter pessoal vivenciado por ela em sua infância. Ao término de sua fala, outra docente também foi relatora de outro acontecimento pessoal de Violência sexual infantil, o que gerou um ambiente bem realista e próximo para se trabalhar o assunto, partindo-se para o próximo item a ser abordado na formação, ou seja, a análise e discussão dos fatores que geram a violência sexual infantil.

Foi trabalhado com as professoras o motivo pelo qual as crianças são os principais focos dos abusos ocorridos na sociedade. Sendo as mesmas comumente consideradas como seres frágeis e, muitas vezes, criadoras de fantasias e histórias irreais, e os abusadores veem e aproveitam de tais características como elementos facilitadores, garantindo-lhes uma segurança de que seus atos não serão descobertos e caso sejam, os relatos das crianças não se constituirão fontes de credibilidade.

Spaziani e Maia (2015, p.1) afirmam que: “Frequentemente, esta modalidade de violência ocorre dentro do âmbito familiar, fazendo com os laços de dependência e afetividade entre os familiares dificultem o rompimento do segredo estabelecido entre o/a perpetrador/a da violência e a criança.”

A maior parte dos relatos de violência sexual infantil ocorre dentro da família, um lugar que, supostamente, seria de amparo, acolhimento e segurança, que se transforma em um ambiente de violência e sofrimento, conforme se pode verificar nas afirmações de Pelisoli e Piccoloto (2010), que relatam serem os violadores representados em sua maioria por homens, dentre os quais se destacam os pais e padrastos que praticam atos violentos contra, principalmente, as meninas, possuindo acesso facilitado devido à convivência e confiança que têm, tanto por parte da criança quanto da família.

Os violentadores, para não serem descobertos, utilizam algumas artimanhas, ocorrendo, de forma inicial, uma aproximação da criança, conquistando-lhe a confiança e o afeto através de brincuedos, presentes ou mesmo reforçando esse afeto já existente, valendo-se de laços sanguíneos. Sanderson (2005) relata que o abusador, antes de aliciar sua vítima, alicia as pessoas adultas. Após obter a confiança dos adultos que convivem com a criança conseguem, assim, momentos oportunos para que sua ação abusiva venha a acontecer.

O fenômeno da conquista pode acontecer após um longo tempo, o que proporciona ao violentador obter por parte da família um processo de credibilidade que, posteriormente, irá dificultar ainda mais o processo de revelação por parte da vítima. O abusador vale-se de ações que envolvem ameaças físicas e psicológicas, garantindo assim que o abusado não relate as ações de abuso por medo de sofrer punições físicas, morais, psicológicas e até por receio de sua fala não ser digna de crédito. Conforme vemos nos relatos de Spaziani e Maia (2015, p.2): “na medida em que a vítima pode experimentar sentimento de culpa, medo e/ou dificuldades de verbalizar e entender a violência que sofre.”

Nos comentários de Seabra e Nascimento (1998) referidos por Neves et al. (2010) o agente praticador da violência, por eles denominado de abusador, normalmente possui acesso à criança quando visita a família dessa, ou mesmo quando é merecedor de confiança por parte

dos pais. Salienta, entretanto, as referidas autoras que o abusador pode não ser conhecido da criança, pois os atos de violência sexual podem ocorrer fora do ambiente familiar.

Na fala de Neves et al. (2010) pode-se perceber que o abuso sexual tem pouca visibilidade, já que de forma geral é praticado por uma pessoa próxima ao abusado na qual a criança tem confiança. E a referida pesquisadora afirma, expondo dados da Unicef, que os principais violentadores são indivíduos do sexo masculino, principalmente pais, padrinhos, avós, irmãos e tios. Salienta que o ambiente em que mais acontece o abuso é o doméstico e que a ligação familiar contribui para que os dados não sejam esclarecidos, pois a pessoa que fere e agride a criança é o mesmo indivíduo que a criança ama. Assim, a autora afirma que a violência sexual familiar é, dificilmente, denunciada e os pesquisadores Ribeiro, Ferriani e Reis (2004) mencionados por Neves et al. (2010) afirmam que em nosso país menos de 10% dos casos de violência sexual acontecidos no seio familiar chegam ao conhecimento das delegacias brasileiras.

Ainda em suas análises sobre os abusadores, Neves et al. (2010) mencionam que nos abusos incestuosos 71,1% dos abusadores eram os próprios pais biológicos e apenas 11,50% dos casos foram cometidos por padrastos. E baseando-se nos dizeres de Bontempo, Bosetti, César e Leal (1995), a pessoa que mais vitimiza as crianças é o pai biológico (97% dos casos) enquanto que outros agressores sexuais, dentre elas as mães, ficam entre 1 e 3%.

Após a caracterização dos autores que efetuam a violência sexual infantil, foram analisadas e discutidas as possíveis alterações que surgem nas crianças em consequência da violência sexual. Neves et al. (2010) relatam que quando o autor da violência infantil é o pai biológico, configurando-se assim o incesto, este pai biológico impõe a lei do seu desejo e comete uma transgressão à lei cultural que proíbe o incesto, traindo, dessa forma, a confiança da criança.

Nesta situação conflituosa, a criança desenvolve uma situação traumática, embasada em diferentes sentimentos como o desamparo, a culpa e a raiva. Ainda conforme os autores, este tipo de violência apresenta-se como o mais frequente, porém, sendo aquele cujo diagnóstico é o mais difícil de ser percebido. Tal realidade se deve ao fato de que a família, aparentemente, esconde os atos cometidos ou os considera como sendo normais.

Nos dizeres de Morales e Schramm (2002) os atos sexuais contra crianças e ou adolescentes podem ser realizados por muito tempo, ou seja, carícias, toques e beijos acontecem até que, finalmente, o ato sexual venha a se concretizar. Ainda segundo a pesquisadora, os dados indicam que o abuso sexual acontecido na infância e na adolescência, se não for atendido e solucionado de forma adequada, pode provocar aumento de futuros riscos e distúrbios psíquicos na fase adulta.

Nos comentários de Browne e Finkelhor (1986) observados por Pelisoli e Piccoloto (2010, p.119) “os problemas de desenvolvimento das crianças e adolescentes vítimas são inúmeros e podem prolongar-se por toda a vida. Esses resultados negativos podem ser comportamentais, cognitivos, afetivos, físicos e /ou psicopatológicos.”

E Pelisoli e Piccoloto (2010) relatam que entre esses comportamentos pode-se evidenciar:

Agitação psicomotora, dificuldades de memória e de concentração, isolamento, abuso de substâncias, agressividade, baixo rendimento escolar, comportamento hipersexualizado, tristeza, raiva, medo e sentimentos de vergonha. Podem ainda manifestar eventuais problemas físicos como consequência do abuso e entre eles citam as chamadas infecções sexualmente transmissíveis e a gravidez. (Pelisoli & Piccoloto, 2010, p.111).

Já Spaziani e Maia (2015) ao mencionarem os pesquisadores Miranda e Yunes (2008) dizem que alguns indicadores das consequências desta violência passam por alterações no comportamento das crianças, surgindo transtornos de aprendizagem, bem como manifestações de agressividade e medo e dificuldades de se relacionarem com outras pessoas.

Após essas informações notou-se a necessidade da escola intervir com ações reais e preventivas para se evitar futuras ocorrências da violência sexual, que, eventualmente, possam ser sofridas pelos discentes da Unidade Escolar.

Terminada a descrição de possíveis mudanças comportamentais apresentadas por crianças vítimas de violência ou abuso sexual, iniciou-se uma análise e discussão de como a escola pode atuar na prevenção deste tipo de violência.

Pelisoli e Piccoloto (2010) afirmam que uma abordagem direta com as crianças, que objetiva falar sobre possíveis situações de abuso sexual, tem-se mostrado um procedimento importante. De acordo com os autores, a literatura já evidenciou que crianças e adolescentes que passam por programas de prevenção apresentam maior noção e conhecimento sobre abuso sexual do que aqueles alunos que não participaram.

Ainda Pelisoli e Piccoloto (2010), ao mencionarem também os dizeres de Jacobs e Hashima (1995), relatam que segundo os mesmos os programas de prevenção de abuso sexual desenvolvidos na Unidade Escolar aumentam a percepção para os possíveis riscos, tornando as crianças mais vigilantes. Seguindo a análise sobre o tema mencionam ainda os pareceres de Gibson e Leitenberg (2000), que permitem o desenvolvimento de habilidade de “dizer não” e diferenciar os toques afetuosos de toques abusivos e maliciosos.

As pesquisadoras Brino e Willians (2003b) observam que os casos de violência sexual infantil são mencionados pelas discentes durante as aulas, permitindo-se que a escola se torne o lugar favorável para a descoberta, identificação e possíveis intervenções sobre casos de violências sexuais.

Ainda referindo-se a Brino e Willians (2003b) mencionam que os docentes carecem de informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e que muitos deles já mencionaram casos de vítimas sexuais entre seus alunos, dando ênfase para a importância e necessidade dos docentes serem contemplados com treinamentos específicos para poderem identificar e dar intervenções nesses casos, pois se entende que muitos docentes possuem apenas e tão somente um superficial e pequeno conhecimento sobre o assunto, procurando informações em locais não apropriados e não sabendo também, claramente, que procedimentos corretos devem providenciar.

Já Spaziani e Maia (2015) afirmam ser importante para a criança poder reconhecer um ato de violência, bem como saber se autoprotoger, revelando o seu direito de falar “não” aos ataques sexuais sofridos por parte do/a causador/a, assim como relatar o segredo pedido pelo agressor a uma pessoa de sua confiança.

Afirmam ainda que tais atitudes podem ser feitas através de leituras de livros infantis; pela projeção de filmes; teatros e mesmo dramatizações sobre o assunto. Os surgimentos destas formas de autoproteção não isentam a criança da responsabilidade de não ser vítima da violência, entretanto, originam na mesma, ainda que jovens, o direito infantil de serem informadas e alertadas.

Convém ressaltar a atenção e a importância que Sanderson (2005, p.17) dá ao assunto quando o mesmo afirma que “As crianças têm o direito de viver em um mundo em que não sejam mais vulneráveis ao abuso e à exploração sexual, um mundo no qual possam confiar em vez de ter medo.”

Pelisoli e Piccoloto (2010) apontam como possíveis caminhos a serem percorridos pelos professores com a finalidade de aquisição de conhecimentos apropriados sobre a prevenção de abuso sexual em crianças e adolescentes a projeção de vídeos educativos, oficinas, palestras com outros profissionais de diferentes áreas, tais como profissionais do

Direito e da Psicologia. Indo ao encontro desse procedimento formativo Spaziani e Maia (2015) mencionam ser de fundamental importância que os professores recebam a formação indispensável em relação ao tema, tanto na graduação quanto em cursos de formação continuada, para que possam ser esclarecidos sobre o assunto, obtendo habilidades para tratar do tema em sala de aula e, desta forma, adquirir uma metodologia compatível com os casos que envolvam a presença e identificação de violência sexual infantil.

Rispens, Aleman e Goudena (1997) citados também por Pelisoli e Piccoloto (2010) observam que os funcionários de escolas, orientadores e professores desempenham um papel muito importante na identificação precoce de momentos que refletem prevenções ou mesmo acerca de situações de violência. Tais personagens por apresentarem, diariamente, contato com as crianças e adolescentes no interior da Unidade Escolar colocam a sua disposição momentos para discussão e reflexão sobre o tema.

As participantes relataram que possuem dificuldades de diagnosticar, efetivamente, estas ações de violência por parte da família. Por não possuírem formação adequada (serem pedagogas e não psicólogas) mencionaram que seria de suma importância para a Unidade Escolar que dentro da mesma ocorresse a presença de profissionais com formação específica para atuação no tema, isto é, psicólogos ou assistentes sociais. Relataram, também, que quando se deparam com supostas ações de violência sexual infantil sentem-se acudadas e não sabem quais procedimentos devem tomar. Declaram que encaminham ao Conselho Tutelar do município os casos suspeitos de abuso sexual. Porém, percebem que esse órgão não dispõe de recursos para o atendimento de todas as denúncias, ocasionando muitas falhas nas investigações que os casos necessitam.

Ao término da formação, as participantes retomaram novamente o comentário sobre a necessidade de uma equipe multidisciplinar, conforme citado anteriormente, que venha atuar dentro da Unidade Escolar para que os casos suspeitos de abuso ou violência sexual sejam,

efetivamente, investigados por profissionais competentes e que as crianças sejam retiradas o mais rápido possível dessa situação de vulnerabilidade social.

4.3 Avaliação das professoras sobre a formação recebida

A aplicação do questionário às professoras e equipe gestora teve como propósito caráter qualitativo e avaliativo, pois se procurou obter dados sobre as intervenções efetuadas e sugestões para futuros temas que pudessem ser abordados.

4.3.1 Levantamento de aspectos positivos e negativos

Todas as participantes avaliaram como “positiva” a formação que receberam. Isso evidencia a importância desta temática na formação continuada junto aos professores, pois todos entenderam como sendo favorável esta ação pedagógica.

Para Figueiró (2006a), a ação de formação nesta área conduzirá a escola a percorrer seus primeiros caminhos e ao perceberem seus despreparos muitos docentes irão se sensibilizar com a falta de conhecimentos em relação ao tema e, assim, conscientes de suas deficiências pedagógicas, serão impulsionados a buscar mais conhecimentos e formação apropriada. Tanto os pequenos êxitos obtidos quanto as grandes dificuldades neste campo servirão de estímulo e incentivo para o prosseguimento dos professores.

Dentre os pontos positivos indicados pelas professoras, o tema da prevenção à violência sexual e dos procedimentos didáticos foram mais destacados. Por um lado, a percepção da importância da educação sexual na infância por parte dos educadores é mais visível quando se fala da prevenção às violências do que quando se fala em reprodução humana (relações sexuais, concepção etc.), como observaram também Spaziani e Maia

(2017). Por outro lado, devido à escassez de formação na área, o aprendizado de procedimentos didáticos e o conhecimento de materiais para a educação sexual de crianças e adolescentes colaboram para a segurança pessoal e acadêmica dos educadores que irão assumir essa tarefa. A Tabela 1 mostra os pontos positivos descritos em categorias.

Tabela 1

Categorias de respostas das professoras sobre os aspectos positivos da formação

Categorias	Nº de respostas
Orientações de materiais e procedimentos didáticos para as intervenções	10
Informações sobre exploração e abuso sexual	09
Esclarecimentos e informações gerais sobre sexualidade humana	07
Formação Continuada	02
Questões de gênero	01
Conhecimento sobre a legislação vigente da Educação Sexual nas escolas.	01

Percebe-se a grande preocupação por parte das professoras em terem conhecimentos sobre a exploração e o abuso sexual, pois as mesmas sentem no convívio diário com os seus alunos a presença, mesmo que veladamente, da existência dessa violência. Especialmente sobre essa temática e outras, ressalta-se, portanto, a necessidade de se implantar nas Unidades Escolares programas de formação continuada em Educação Sexual, corroborando o que diz Leão (2009) quando afirma ser necessário que os temas transversais sejam inseridos de forma eficaz no conteúdo pedagógico e para que isso possa ocorrer é fundamental que os docentes

passem a ter preparo sobre os mesmos, tanto em seus aspectos de conteúdo quanto metodológicos.

Os esclarecimentos sobre a Sexualidade Humana, sobretudo na sua concepção ampla e histórica, na visão de Spaziani e Maia (2015), surpreenderam de forma positiva as professoras, que demonstram que lacunas persistiam em suas formações. Figueiró (2004) afirma ser indispensável em todo trabalho de Educação Sexual que se faça, inicialmente, esta distinção de forma clara e transparente, ou seja, sexo (diretamente ligado ao ato sexual com obtenção do prazer) e sexualidade (que inclui além do sexo outros componentes, tais como: amor, toque, intimidade, afetividade, carinho, gestos e comunicação).

Curiosamente, a despeito de toda a polêmica atual no Brasil sobre as questões de gênero, foi apenas uma docente que as ressaltou como uma temática “positiva”. Isso sugere que o assunto despertou pouco interesse das professoras, seja por haver já conhecimento, o que parece improvável, seja por não despertar curiosidade ou entendimento de relevância, o que seria preocupante.

É fato notório que ainda é nebuloso abordar as questões de gênero entre professores, diretores, alunos e familiares, pois essa temática se mistura com a diversidade sexual: orientações sexuais diversas, identidade de gênero, transgêneros, entre outros, que esbarram nas concepções morais e religiosas de uma sociedade patriarcal e ainda machista. Ou seja, compartilha-se da ideia de Alves e Canôas (2012) sobre a defesa de que a escola seja um importante espaço de elaboração e reconstrução de relações sociais, contribuindo, de forma enfática, para a não permanência dos procedimentos dominantes, patriarcais e heteronormativos.

Opondo-se a esta visão estereotipada e heteronormativa em relação aos gêneros, Louro (2016, p.52) relata que:

[...] talvez seja mais produtivo para nós, educadoras e educadores, deixar de considerar toda essa diversidade de sujeitos e de práticas como um “problema” e passar a pensa-la como constituinte do nosso tempo. Um tempo em que a diversidade não funciona mais como base na lógica da oposição e da exclusão binária, mas, em vez disso, supõem uma lógica mais complexa. (Louro, 2016, p.52).

Os caminhos metodológicos e recursos de educação sexual oferecidos às professoras como “suportes” foram bem recebidos e elas perceberam que os mesmos podem e devem ser utilizados em suas futuras intervenções pedagógicas com seus/suas alunos/as. Seria interessante que as professoras também criassem novas alternativas e informassem à pesquisadora os resultados obtidos.

Não podemos esquecer que segundo Bardi e Campos (2004):

[...] os materiais didáticos são importantes e que seu uso auxilia o processo de aprendizagem, mas para isso, é preciso que o professor estabeleça um objetivo, procure aproveitar a maioria das possibilidades didáticas e esteja atento às limitações que o material pode apresentar. (Bardi & Campos, 2004, p.900).

De modo geral, a formação continuada foi apontada como um momento importante, pois além de ser um assunto novo para as professoras, servindo para o preenchimento de lacunas em seu trabalho pedagógico, também refletiu em sua própria reeducação sexual. Ou seja, o trabalho do educador sexual também implica nas memórias de sua própria história, como apontam Spaziani, Pereira e Maia (2014). Novas ações e visões sobre o tema podem surgir a partir da presença de tais análises e discussões, trazendo novas perspectivas para a abordagem da Sexualidade Humana no ambiente escolar. Sendo assim, destaca-se o que

Figueiró (2006a) citou de Antônio Nóvoa (1997, p.25): “A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimento ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal.”

Apesar do pouco interesse das professoras sobre a abordagem da legislação vigente em Educação Sexual, sugerindo que não estão preocupadas em analisar e conhecer o que diz a lei, mas sim, priorizando o “como fazer” em vez do “por que fazer?”, sabe-se que a legislação em Educação Sexual e Direitos Humanos deve:

Fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violação dos direitos assegurando a formação continuada dos (as) trabalhadores (as) da Educação para lidar criticamente com esses temas. (Brasil, 2008, p.33).

No que tange aos aspectos negativos questionados às professoras sobre a formação, 16 docentes afirmaram não terem encontrado pontos negativos durante as ações da formação, notando-se que o trabalho realizado junto a elas atendeu às expectativas propostas pelo projeto.

Apenas quatro professoras, o que representou 19,04%, das participantes, indicaram a existência de pontos negativos e apenas uma (4,76%) “não respondeu”. (Ver Tabela 2).

Tabela 2

Categorias de respostas das professoras sobre os aspectos negativos e sugestões de melhorias da formação

Categorias	Nº de respostas (n=21)
Nenhum	16
Pouca carga horária da formação (necessidade de haver mais encontros)	02
Inexistência de materiais disponíveis na escola	01
Repetição de conteúdos	01
Em branco	01

A queixa da docente sobre materiais disponíveis na escola procede, na medida em que se deve ter um acervo na escola de materiais a serem utilizados, principalmente os indicados na formação. Todavia, essa é uma questão particularmente política e que demanda esforços de dirigentes para requerer e guardar os materiais.

Em relação à existência de poucos encontros, justifica-se pela dinâmica de trabalho da Unidade Escolar, mas certamente um número maior de encontros em uma formação colaboraria com todos. Em relação ao terceiro fator negativo, que afirma que “às vezes ficou repetitivo”, pode-se justificar pela retomada dos conceitos muitas vezes solicitados pelas outras participantes.

4.3.2 Expectativas e Projeções para uma futura formação, do ponto de vista das professoras participantes

Das vinte e uma professoras consultadas, cinco professoras (23,8%) não sugeriram nada para futuras intervenções, enquanto que dezesseis professoras (76,19%) fizeram sugestões, apresentadas em categorias, descritas na Tabela 3, sobre as expectativas e projeções.

Tabela 3

Sugestões das professoras para as próximas formações

Categorias	No de respostas
Nenhuma sugestão	05
Aprofundar as temáticas, sobretudo de “Orientação Sexual” e “Abuso Sexual”	06
Abranger outras questões: “saúde sexual e reprodutiva” e “sexualidade na adolescência”	05
Estratégias e materiais didáticos (temas: sexo, gravidez, gênero)	03
Propor leituras durante a formação	01
Considerar o envolvimento da família dos(as) alunos(as) nos programas de Educação Sexual na escola	01

Pode-se perceber que apesar de a formação atender às expectativas das professoras, a necessidade de aprofundar conteúdos, abranger temáticas e pensar em mais estratégias didáticas e processuais (leituras, contato com os familiares, entre outros) evidencia, por um lado, o despertar do interesse dessas profissionais e, por outro, a necessidade de formação contínua.

É interessante destacar que o tema da “Prevenção em Saúde Sexual e Reprodutiva”, já inserido nas propostas pedagógicas dos currículos dos 5^{os} anos escolares, ainda é citado como

uma necessidade de aprofundamento, talvez pela necessidade de novos procedimentos pedagógicos para se trabalhar essa temática, o que seria salutar.

Percebeu-se, também, que assuntos diretamente vinculados à análise e estudo da legislação pertinente ao tema, tanto em seus aspectos mais nacionais quanto os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) e Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (RCNEI) (Brasil, 1998), ou mais pontuais, como o estudo dos temas no Plano Municipal de Educação de Bauru (2012) e os conteúdos legais do Currículo Escolar do Município de Bauru (2016), são pouco ou quase nada atraentes e não despertam interesse nos estudos por parte dos docentes da Rede Educacional do Ensino Fundamental I, chegando-se muito próximo, até mesmo, ao menosprezo por parte das professoras.

Esse desinteresse pode ser justificado em virtude da ausência de debates e discussões sobre legislações nos encontros pedagógicos, pois os professores procuram trocar estudos sobre legislações e leis por conteúdos, temas e procedimentos mais atraentes e que possam prepará-los para despertar em seus alunos e em ações pedagógicas futuras maior interesse por suas aulas e atividades.

A discussão da legislação posiciona-se mais no campo filosófico e os professores preferem temas mais vinculados aos seus campos com praticidades pedagógicas. Pode-se, portanto, perceber que a legislação referente a assuntos como: Identidade de Gênero, Expressão de Gênero, Sexualidade nos discentes e Educação Sexual não gozam de prestígios e não são vistos com bons olhos por parte das docentes.

Porém, a situação alcança um nível mais satisfatório de interesse quando os assuntos estão relacionados, diretamente, à Anatomia e Fisiologia dos Sistemas Reprodutores Humanos, às Doenças que podem ser transmitidas durante os atos sexuais (IST) e aos principais Métodos Anticoncepcionais presentes na vida dos seres humanos. Nota-se, então, maior interesse e prazer em se estudar temas mais diretamente vinculados à parte biológica da

Sexualidade Humana, refletindo a acentuada ênfase que se dá ao componente sexo dentro da visão total da Sexualidade Humana. Situação parecida de atenção e entusiasmo se verificou quando houve o término da discussão de possíveis campos metodológicos que possam ser percorridos pelas professoras durante atividades de Educação Sexual.

A análise e discussão de materiais que podem ser empregados em ações referentes a Programas de Educação Sexual despertou nas docentes grande interesse pela leitura, manuseio e mesmo discussão de futuras ações pedagógicas. Percebeu-se que as docentes sentem falta e necessidade de conhecer livros, peças teatrais, músicas, vídeos, filmes, modelos anatômicos e caminhos que possam ser trilhados para se analisar a Sexualidade Humana de forma pedagógica.

As cobranças das professoras pela aquisição dos referidos materiais feitas junto à Direção da Unidade Escolar evidenciam que o assunto, mesmo sendo considerado difícil de ser tratado nas salas de aula, pode estar presente nas aulas das docentes da Unidade Escolar mencionada. Presume-se, também, que não tratam dos temas vinculados à Sexualidade Humana por falta de embasamento técnico e desconhecimento de procedimentos metodológicos. Evidencia-se, portanto, uma situação bastante favorável à presença e ao desenvolvimento do assunto pesquisado, quando se trata de materiais e métodos de abordagem da Educação sexual, pois tanto docentes quanto gestoras manifestaram nesta atividade grande aceitação pela presença do tema durante o desenvolvimento de seus conteúdos programados durante o ano letivo.

Em relação ao tema “Abuso e violência sexual infantil”, estudado na última intervenção pedagógica, percebeu-se que as professoras manifestaram grande interesse em sua análise e discussão, pois é sabido que existe grande violação nos direitos humanos nas Unidades Escolares, principalmente na qual a pesquisadora desempenha suas funções pedagógicas. O tema foi tão importante para as professoras que duas docentes manifestaram,

de forma clara e bem objetiva, situações de violência por elas sentidas durante fases de sua vida pessoal. Essa demonstração de vivência pessoal deixa claro que o assunto, além de suas implicações teóricas, evidencia vínculos com momentos reais e objetivos por parte das docentes, encontrando-se, também, presente na vida dos alunos – sendo muitas vezes percebido de forma velada e, outras, de maneira explícita.

A procura por caminhos que possam esclarecer e diagnosticar possíveis ações de violência já ocorridas entre seus discentes e melhor preparo em futuros diagnósticos foi percebida quando as professoras relataram não estarem preparadas para quais caminhos seguir, tanto em sala de aula quanto em procedimentos além-muros. A presença de uma equipe multidisciplinar para tratar do assunto se torna ponto indispensável para que se possa tentar diminuir os casos de violência sexual infantil em uma comunidade como essa, carente economicamente e possuidora de grande vulnerabilidade social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de um Programa de Educação Sexual no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar pesquisada ocorreu de forma favorável, entretanto, a sua aplicabilidade e desenvolvimento ficaram restritas às ações pedagógicas efetuadas apenas pela pesquisadora.

Apesar do apoio da Gestão Escolar e das professoras, notou-se que as atividades práticas direcionadas aos alunos e pais não foram prioridade na Unidade Escolar, demonstrando que mesmo com o interesse manifestado pelo assunto as professoras preferem delegar os temas vinculados à Educação Sexual a terceiros, sendo eles: médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, profissionais da área jurídica e, também, pesquisadores da área.

Esse fato demonstra a falta de autonomia e segurança para o trato pedagógico do tema Educação Sexual. Por isso, além da necessidade de inclusão da Educação Sexual no Projeto Político-Pedagógico de uma escola, é necessário e indispensável que, concomitantemente, haja uma formação específica para professores e gestores da escola. A proposta realizada evidencia que ainda são escassas ações de debates nesse sentido. Tal fato pode ser justificado, inicialmente, pelo pouco preparo e conhecimento das docentes em relação ao tema, indicando que as professoras não tiveram acesso e oportunidade de entrar em contato com tais conteúdos específicos, ainda durante o período de escolarização, tanto no ensino fundamental quanto no médio, bem como em suas respectivas graduações e possíveis cursos de pós-graduação.

Essas ausências de informações e de conhecimentos específicos podem estar vinculadas, também, ao desinteresse manifestado por parte das professoras, baseando-se na existência de tabus e preconceitos familiares que os assuntos trazem. A presença, mesmo que subjetiva, de vínculos com noções de pecado, inferno e promiscuidade podem ter ajudado as

professoras a se manterem longe do tema. A religião, principalmente a cristã em suas diferentes vertentes, pode ter contribuído ainda mais para o distanciamento do tema dos bancos escolares frequentados pelas professoras pesquisadas, evitando que ocorresse aproximação e inserção no Projeto Político-Pedagógico das Unidades Escolares. Sabe-se que muito ainda precisa e deve ser realizado, tanto por professores quanto gestores escolares, para que os conteúdos específicos em Sexualidade Humana possam, realmente, ser assunto analisado e discutido em sala de aula nos seus mais diferentes níveis de escolarização.

Conclui-se que a realização do programa, as observações e a análise dos registros das professoras participantes indicam que as informações sobre o conceito de Sexualidade Humana e sua importância em ser tratado como ações pedagógicas nas escolas ainda são escassas. Foram comuns as concepções da sexualidade entre as professoras baseadas nos pilares biológicos, o que reduz a sexualidade sem considerar os aspectos psicológicos do ser humano, bem como elementos vinculados ao desenvolvimento histórico, cultural e social de cada um de nossa espécie.

Percebe-se que as professoras não diferenciam corretamente “sexualidade” de “sexo”, por um lado, por falta de formação científica, por outro, por reproduzirem tabus e preconceitos que em muito dificultam o desenvolvimento de atividades que justificam a Educação Sexual no âmbito da escola.

Parece mais confortável às professoras abordarem atividades da Sexualidade Humana restritas à parte biológica, principalmente à anatomia e ao funcionamento dos órgãos do sistema reprodutor humano, como se fosse possível separar o corpo da cultura que o constrói.

Além disso, as legislações, ou seja, a sexualidade e Educação Sexual nas políticas públicas brasileiras deveriam ser prioridade na formação dos professores, mas neste grupo de professoras esse tema pareceu desinteressante, o que contribuiu para que o tema seja mantido em atividades secundárias e não tão essenciais na aplicação de conteúdos específicos do

Ensino Fundamental I, dentre outros níveis escolares. É necessário que haja uma nova visão a respeito do assunto e que esse seja inserido e desenvolvido em todas as Unidades Escolares para que possa ser analisado e discutido por professores, alunos, Corpo Gestor e pais de alunos.

Para que se tenha na Unidade Escolar a presença de atividades de Educação Sexual, os professores precisam participar, de forma mais constante, de atividades de formação continuada no assunto e que a Gestão Escolar possa se empenhar para conseguir junto à Secretaria da Educação do Município de Bauru a obtenção não só de materiais pedagógicos: filmes, vídeos, livros, peças anatômicas, bem como o surgimento de parcerias com outras entidades educacionais, principalmente as estaduais e, também, com profissionais que estejam, direta ou indiretamente, desempenhando atividades vinculadas ao tema, tais como: médicos, psicólogos, enfermeiros, advogados e delegados de polícia.

Destacamos a importância do tema “Prevenção à Violência Sexual Infantil” ser discutido, de forma mais intensa, nas Unidades Escolares, pois se trata de um assunto muito presente no dia a dia da escola, fazendo com que os alunos e professores evidenciem grande preocupação, não apenas em termos de comprometimento do rendimento escolar, mas, também, como indicadores de sofrimentos que podem ser marcantes na infância, adolescência e fase adulta, se não forem devidamente atentos e acolhidos.

De qualquer forma, a prevenção de quaisquer violências, incluindo as relações desiguais de gênero, é dever de professores, gestores, pais e da comunidade em geral. Almeja-se que a presença da Educação Sexual nas escolas possa criar condições mais favoráveis para a ocorrência de ações pedagógicas, sem a existência de tabus, medos e violências que podem assolar e atrapalhar a vida das crianças e pré-adolescentes da Unidade Escolar.

Sendo assim, sugerem-se pesquisas e intervenções pedagógicas futuras em Unidades Escolares a partir das seguintes ações:

- Cobrança constante junto aos órgãos superiores de ensino, para que seus técnicos e funcionários vinculados à Educação estejam atentos no sentido de acompanharem a presença e desenvolvimento, por parte dos docentes, de atividades pedagógicas de Educação Sexual.
- Aquisição de materiais pedagógicos relacionados ao tema Sexualidade Humana e Educação Sexual, tais como: vídeos pedagógicos, livros didáticos e paradidáticos, revistas acadêmicas, modelos anatômicos e jogos pedagógicos.
- Realização efetiva de encontros mensais ou bimestrais, que possam reunir diretores, gestores, supervisores e docentes de todas as Unidades Escolares e, efetivamente, dialogar, discutir e refletir sobre a presença, desenvolvimento e obtenção dos resultados a respeito da instalação de cursos de Educação Sexual. Tais encontros devem evidenciar resultados positivos da aplicabilidade prática e dos objetivos alcançados.
- Ações contínuas de formação de professores, pois isso pode conduzir a caminhos mais significativos e produtores de resultados satisfatórios, evidenciando-se o preenchimento de lacunas e reflexões que conduzem a redescobertas de valores.
- Efetivas parcerias com outras entidades para que numa real ação interdisciplinar e também multiprofissional possam analisar todas as vertentes existentes no interior da Sexualidade Humana, tentando-se superar velhos tabus.

Espera-se, assim, que a realização dessas parcerias e o desenvolvimento de reuniões periódicas possam representar um avanço no desenvolvimento efetivo das propostas

existentes no Plano Municipal de Educação de Bauru – decênio 2012-2021. Além disso, almeja-se que essas ações venham modificar e garantir melhorias na qualidade de ensino-aprendizagem dos professores, alunos e pais, e que, a partir disto, bons resultados sejam alcançados, principalmente em termos de combate e prevenção à violência sexual infantil nas Unidades Escolares, conforme foi amplamente solicitado no questionário aplicado às participantes.

REFERÊNCIAS

- Altmann, H. (2001). Orientação Sexual Nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Estudos Feministas*, 9(2), 575-585.
- Alves, L. N., & Canôas, S. S. (2012). *Preconceito de Gênero na escola: Elemento sobre o trabalho e indicativos para a formação docente*. Trabalho apresentado ao 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, João Pessoa, PB. Recuperado de <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/download/143/66>. Acesso em 21 out 2017.
- Azevedo, S. M., Vasconcelos, M. D., & Bertholdo, K. E. (2011). *Gênero, Sexualidade e Afetividade: Relato de uma experiência de formação continuada envolvendo professor@s da Educação Básica*. Trabalho apresentado ao Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Salvador, BA. Recuperado de <https://nugsexdiadorim.files.wordpress.com/2011/12/gc3aanero-sexualidade-e-afetividade-relato-de-uma-experic3aanancia-de-formac3a7c3a3o-continuada-envolvendo-professors-da-educac3a7c3a3o-bc3a1sica.pdf>.
- Bardi, J., & Campos, L. M. (2004). *Produção de materiais didáticos para temas de orientação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental* (pp. 900-911). Recuperado de <http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2004/artigos/eixo10/producaodemateriaisdidaticos.pdf>.
- Barros, S. C. (2013). Corpos, gêneros e sexualidades: questões que integram o PPP. *Diversidade e educação*, 1(1), 14-16.
- Bauru (2012). *Plano municipal de educação*. Bauru-SP. Recuperado de <http://www.bauru.sp.gov.br/>.

- Bauru, (2016). *Currículo comum do município de Bauru*. Bauru-SP, Fonte: <http://www.bauru.sp.gov.br/>. Acesso em 20/02/2017.
- Beraldo, F. N. (2003). Sexualidade e escola: espaço de intervenção. *Psicologia Escolar e Educacional*, 7(1), 103-104. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572003000100012>.
- Bontempo, D., Bosetti, E., César, M. A., & Leal, L. M. (1995). *Exploração Sexual de Meninas e adolescentes no Brasil*. Brasília: UNESCO/Cecria.
- Brasil (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental: apresentação dos temas transversais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/ SEF.
- Brasil (1998). *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Secretaria de Educação Fundamental Brasília: MEC/SEF.
- Brasil (2008). *Plano nacional de educação em direitos humanos*. Secretaria de Educação Fundamental Brasília: MEC/SEF.
- Brasil (2014). *O plano municipal de Educação – caderno de orientações*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF.
- Brino, R. D., & Willians, L. C. (2003). Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Caderno de Pesquisas*, (119), 113-128.
- Carta de Aveiro (2010). *Sexualidade e educação sexual*. In I Congresso Internacional Sexualidade e Educação Sexual: Políticas Educativas, Investigação e Práticas. Universidade de Aveiro, Portugal.
- Cruz, E. F. (2003). Educação Sexual e Educação Infantil nos relatos de profissionais que trabalham com a formação de educadoras creches/pré-escola. *Pró-Posições*, 14(3), 103-117.

- Duarte, V., & Christiano, A. P. (2012). A história da Sexualidade. In *Semana da Educação – Pedagogia 50 anos* (pp. 755-764), Londrina, PR. Recuperado de www.uel.br/eventos/semanadaeducaçãopages/arquivos/anais/2012/anais/ensinofundamental/ahistoriadasesexualidade.pdf.
- Figueiró, M. N. D. (2006a). *Educação sexual: como ensinar no espaço da escola*. *Revista Linhas*, 7(1), 1-21.
- Figueiró, M. N. D. (2006b). *Formação de Educadores Sexuais: Adiar não é mais possível*. Campinas: Mercado de Letras - Londrina.
- Figueiró, M. N. D. (2004). O professor como educador sexual: Interligando formação e atuação profissional. In P. R. M. Ribeiro (Org.), *Sexualidade e Educação: Aproximações necessárias*. São Paulo: Arte e Ciência.
- Figueiró, M. N. D. (2009). Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. In M. N. D. Figueiró (Org.), *Educação Sexual: múltiplos Temas, compromissos comuns*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- Furlani, J. (2013). Educação Sexual: possibilidades didáticas. In G. L. Louro (Org.), *Corpo, Gênero e Sexualidade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gadotti, M. (2000). *O projeto político-pedagógico da Escola na perspectiva de uma educação para a cidadania*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul LTDA.
- Gadotti, M. (2007). *Reinventando Paulo Freire na escola do século XXI*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.
- Gomes, R. (2001). A Análise de dados em pesquisa qualitativa. In M. D. Minayo (Org.), *Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Leão, A.M.C.; (2009) *Estudo Analítico-descritivo do curso de Pedagogia Da Unesp De Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na*

- formação de seus alunos*. Tese de Doutorado pp.343 Faculdade de Ciências e letras de Araraquara.
- Leão, A. M. C., Ribeiro, P. R. M., Bedin, R.C. (2010). *Sexualidade e orientação sexual na escola em foco: Algumas reflexões sobre a formação de professores*. Revista do programa de pós-graduação em educação. Florianópolis, vl.11. pp. 36-52.
- Lorencini Junior, A. (1997). *Os sentidos Da sexualidade: natureza, cultura e educação*. Em J. G. Aquino, *Sexualidade na Escola: Aproximações teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.
- Louro, G. L. (2014). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Louro, G. L. (2016). O gênero na docência. In G. L. Louro (Org.), *Gênero, Sexualidade e Educação – Uma Perspectiva Pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Maia, A. C. B. (2004). *Orientação Sexual na escola*. In P. R. M. Ribeiro (Org.), *Sexualidade e educação: Aproximações necessárias*. São Paulo: Arte e Ciência.
- Maia, A. C., & Ribeiro, P. R. M. (2011). Educação Sexual: Princípios para a ação. *Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 15(1), 41-51.
- Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2012). *Orientação Sexual. Plano Municipal de Educação De Bauru*. Bauru, São Paulo, Brasil.
- Mattos, A. H., Ferreira, A., & Jabur, S. S. (2008). O papel do Educador na construção de uma Sexualidade Emancipatória no Colégio Estadual Gabriel de Lara em Matinhos - PR (pp. 4644- 4656). In *EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação*, Curitiba, PR.
- Meira, M. E., Queiroz, A. B., Oliveira, I. A., Moraes, R. Q., & Oliveira, T. H. (2006). *Psicologia Escolar: Desenvolvimento Humano e Sexualidade: Projetos e Orientação Sexual em Instituições Educacionais*. *Revista Ciência em Extensão*, 2(2).

- Miranda, M. A. (S/D). A abordagem da sexualidade no Currículo de São Paulo. Centro de Ciências Naturais e Humanas. In *VIII ENPEC*, Campinas, SP. Recuperado de <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1001-2.pdf>
- Morales, A., & Schramm, F. R. (2002). A moralidade do abuso sexual intrafamiliar em menores. *Ciência e Saúde*, 7(2), 263-273.
- Moreira, B. L., & Folmer, V. (2011). Educação sexual na escola: construção e aplicação de material de apoio. *Experiências em Ensino de Ciências*, 6(2), 151-160.
- Neves, A.S., Castro, G. B., Hayeck, C. M. & Cury, D. G. (2010). Abuso sexual contra a criança e o adolescente: Reflexões interdisciplinares. *Temas em Psicologia*, 18(1), 99-111.
- Nogueira, N. S., Zocca, A. R., Muzzetti, L. R., & Ribeiro, P. R. M. (2016). Educação sexual no contexto escolar: as estratégias utilizadas em sala de aula pelos educadores. *Holos*, 3, 319-327.
- Nunes, C., & Silva, E. (2000). *A educação Sexual da Criança: Subsídios Teóricos e propostas práticas para a abordagem da Sexualidade para além da transversalidade*. Campinas: Autores Associados.
- Paraná (2010). *Diretrizes curriculares de gênero e diversidade sexual da secretaria de estado da educação do Paraná*. Secretaria de estado da educação superintendência da educação departamento da diversidade núcleo de gênero e diversidade sexual. Curitiba, Paraná, Brasil.
- Pelisolí, C., Piccoloto, L. B. (2010). Prevenção do abuso sexual infantil: Estratégias cognitivos-comportamentais na escola, na família e na comunidade. *Revista Brasileira em Terapias Cognitivas*, 6, 108-137.

- Quaglia, I., Palmieri, A. D., Velho, A. P., & Nagel, L. H. (2013). Sexualidade Nos Projetos Políticos-Pedagógicos das Escolas Municipais de Maringá. In *VIII EPCC - Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar*, Maringá, PR.
- Reis, G. V., Ribeiro, P. R. M. (2005). Sexualidade e educação escolar: Algumas reflexões sobre a orientação sexual na escola. In A. C. Bortolozzi, A. F. Maia, *Sexualidade e infância*. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 35-42.
- Ribeiro, P. R. M. (1990). *Educação Sexual: além da informação*. São Paulo: Editora: EPU.
- Richardson, R. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rufino, C. B., Pires, L. M., Oliveira, P. C., Souza, S. M., & Souza, M. M. (2013). Educação sexual na prática pedagógica de professores da rede básica de ensino. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 15(4), 983-991. Recuperado de https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v15/n4/pdf/v15n4a16.pdf
- Sanderson, C. (2005). *O abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia*. São Paulo: M. Books do Brasil.
- Schindhelm, V. G. (2011). A sexualidade na educação infantil. *Aleph Infâncias*, (16). Recuperado de <http://www.uff.br/revistaleph/pdf/art9.pdf>.
- Seixas, R. (1975). A Maçã. In *Novo Aeon* [CD]. Rio de Janeiro: Philips Records.
- Silva, A. S. (2007). Direitos Humanos em lugares minoritários: um convite ao pensar sobre processos de exclusão na escola. In *Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e sociedade*. Recuperado de portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/11_soares.pdf acesso: 07/08/2017
- Souza, M. M., Munari, D. B., Souza, S. M., Esperidião, E., & Medeiros, M. (2010). Qualificação de professores do ensino básico para educação sexual por meio da pesquisa-ação. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 9, 91-98.

- Spaziani, R.B.; Pereira, P.C. & Maia, A.C.B. (2014). Memórias da Educação Sexual: relatos de educadoras sobre a infância e adolescência. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 9(3), 646-655.
- Spaziani R.B.& Maia A.C.B. (2015). Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. *Rev. Psicopedagogia*, 32(97), 61-71.
- Spaziani, R.B.& Maia, A.C.B. (2017). *Educação para a sexualidade na infância: ações e concepções da escola e da família*. Bragança Paulista: Margem da Palavra.
- Tonatto, S., & Sapiro, C. M. (2002). Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências. *Psicologia & Sociedade*, 14(2), 163-175.
- UNESCO (2014). *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: UNESCO.
- Veiga, I. P. (1998). Projeto Político-Pedagógico na escola: Uma construção Coletiva. In I. P. Veiga (Org.). *Projeto Político-Pedagógico na escola: Uma construção Possível*. Campinas: Papirus.
- WAS (2014). *Declaração dos direitos sexuais*. Recuperado de <http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>. Acesso em 02/11/2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES**QUESTÕES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL APLICADAS AOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA DO ENSINO
FUNDAMENTAL I DO MUNICÍPIO DE BAURU – SÃO PAULO.**

NOME _____ IDADE: ____ SEXO : _____ RELIGIÃO: _____

1- Sobre as intervenções de formação continuada em Educação Sexual executadas pela pesquisadora, ao seu ponto de vista, houve pontos que foram positivos?

() sim () não

2- Se houve, qual?

3- Sobre as intervenções de formação continuada em Educação Sexual executadas pela pesquisadora, ao seu ponto de vista houve pontos que foram negativos:

() sim () não

4- Se houve, qual?

5- Dos temas abordados durante as intervenções, existe algum que mais lhe chamou a atenção?

6- Para futuras intervenções de formação continuada em Educação Sexual, você sugere algum tema?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

IDENTIFICAÇÃO DO VOLUNTÁRIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, Rg nº _____
_____ declaro ter sido informado(a) de maneira clara e detalhada sobre as justificativas, os objetivos e a metodologia do Projeto: **Sexualidade humana e Educação Sexual: Aplicação e Análise de uma ação de Formação Continuada para professores/as de uma escola de Ensino Fundamental**. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar serão mantidos em sigilo.

Estou ciente de que posso recusar a minha participação, retirar meu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem precisar justificar.

Estou ciente de que a participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade. Também estou ciente de que os dados da pesquisa poderão ser publicados em veículos de divulgação científica, respeitando o sigilo do meu nome e dos meus dados pessoais.

Declaro que concordo com a minha participação, como voluntária da pesquisa acima descrita.

Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, ____/____/____

Assinatura

ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BAURI
Estado de São Paulo

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Fone – (014) 3234-1977
End. Rua Padre João nº 8-48 – Vila Régis
CEP- 17014-003



Bauri, 1 de setembro de 2017.

AUTORIZAÇÃO

A Secretaria Municipal da Educação, por meio do Departamento de Planejamento, Projetos e Pesquisas Educacionais, Divisão de Pesquisas e Projetos Educacionais autoriza a Pro^{fa}. Dr^a. Ana Cláudia Bortolozzi Maia (orientadora) e a estudante Lorena Christina de Anchieta Garcia Pola, do Programa de pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, a desenvolverem o projeto de pesquisa intitulado “Sexualidade Humana e Educação Escolar: Aplicação e Análise de Formação Continuada em Educação Sexual em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental Ciclo I na cidade de Bauri” junto aos professores de uma unidade escolar de Educação Fundamental- Ciclo I de Bauri.

Salientamos que a equipe das Unidades Escolares tem autonomia para analisar e autorizar o desenvolvimento do projeto, de acordo com a disponibilidade da escola.

Atenciosamente,

Profa. Me. Kelli Cristina do Prado Corrêa
Respondendo pela Divisão de Projetos e Pesquisas Educacionais
Departamento de Planejamento, Projetos e Pesquisas Educacionais

